

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TIAGO HILARINO CHRISTOPHE DA SILVA

**CONTRABANDO, VALOR E CRISE: PERSPECTIVAS DA BUSCA PELOS
SUJEITOS NA FRONTEIRA FOZ DO IGUAÇU – CIUDAD DEL ESTE**

São Paulo

2016

TIAGO HILARINO CHRISTOPHE DA SILVA

**CONTRABANDO, VALOR E CRISE: PERSPECTIVAS DA BUSCA PELOS
SUJEITOS NA FRONTEIRA FOZ DO IGUAÇU – CIUDAD DEL ESTE**

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo

2016

Índice

Apresentação

Primeira Parte: O retorno aos fundamentos de Marx.

I - O processo de produção do Capital.

I.a -Teoria do Valor em Marx.

I.b - O Fetiche da Mercadoria.

I.c – A formação do histórica do Trabalho.

II – A crise econômica capitalista em seu nexo com o desenvolvimento do capital.

II.a - A crise como fundamento do capitalismo.

II.b - As novas formas (e a mesma lógica) do mundo do trabalho.

II.c - Dinheiro, especulação e ficção.

III - A forma de ser negativa da modernização: a América Latina e o contrabando.

III – a. O fracasso da “modernização de recuperação”.

III- b. O contrabando: ilegalidade, negatividade e estratégia de sobrevivência.

Segunda Parte: Cadernos de Campo.

I – Introdução.

II – Métodos.

II.a- História Oral.

II.b – História de Vida e História Temática.

II.c – Deriva psico-geográfica.

III - A experiência como “laranja”.

IV - Notas à deriva

IV.a - Mapa aproximado do trajeto derivado.

V- História Oral Temática: A Casa do Migrante

VI – História de Vida: Nice*

VII - O Dia contra o Contrabando: Métodos quantitativos e discurso oficial.

VII.a - Caracterização: qual o tamanho e importância do mercado “subterrâneo”?

VII.b - O que é contrabandeado?

VII.c - Quais os custos do contrabando?

VII.d - Como é contrabandeado?

VII.d.a – Mapa das principais rotas de contrabando.

VIII - Reflexões sobre a ilegalidade, a competição e o Estado.

Considerações finais

Bibliografia

Apresentação

O presente trabalho constituiu-se no esforço de concluir o curso de Geografia, sob orientação do prof. Anselmo Alfredo – Departamento de Geografia, sendo ainda co-orientado pela profa. Zilda Iokói – Nucleo de Estudos das Diversidades, Intolerância e Conflitos.

Buscou-se, como momento final da graduação, relacionar as diversas experiências vividas e estudadas ao longo do curso, reelaborando os principais incômodos e contradições na tentativa de superá-los.

Inicialmente, o trabalho teve como objetivo compreender o contrabando enquanto uma forma concorrencial do capitalismo. Nesse sentido, o primeiro passo dado foi em direção à recuperação dos debates marxistas em torno da teoria do valor e dos aspectos críticos da reprodução capitalista, buscando o papel da ilegalidade dentro dos pressupostos gerais da acumulação.

As questões teóricas levantadas, que deram origem a primeira parte do trabalho, apontaram para uma crise simultânea entre a sociedade civil e a forma valor. Desta maneira, foi proposto a execução de um trabalho de campo, onde o contrabando seria o fio condutor que iluminaria as formas de manifestação da sociabilidade crítica em seu nexos com a crise do capital.

A elaboração dos marcos teórico-metodológicos para a execução do trabalho de campo se mostrou momento fundamental para a reelaboração do próprio trabalho, na medida em que trouxe a possibilidade de alargamento do escopo teórico, ao mesmo tempo em que “reavivou” a tensão necessária, entre teoria e prática, para a construção do conhecimento científico.

Novas questões emergiram, estabelecendo novos objetivos: qual seria o lugar dos sujeitos e da subjetividade de seus relatos para a construção do conhecimento? Haveria nestes relatos e nestas experiências algo que tivesse a potência de revelar a negatividade do capital?

O retorno a questão dos sujeitos se fez fundamental: a concepção e construção do conhecimento moderno se dá pela relação entre o sujeito e o objeto – é dizer, entre um ser cognoscente e um objeto cognoscível. Nesse sentido, o

“real” não é algo externo ao indivíduo, mas é uma miragem que o sujeito produz no interior de si mesmo, mediado pelas construções sociais que herdou. Admitiu-se, desta forma, a impossibilidade de conhecer em campo, de forma absoluta, a realidade (concreta) em si mesma.

A cisão sujeito-objeto ganhou novos contornos, na medida em que me reconheci enquanto sujeito (pesquisador), guiado por meus próprios interesses, em oposição aos narradores (objetos de pesquisa), que, por sua vez, foram guiados por seus próprios interesses na construção das narrativas. Cisão posta, o método de História Oral permitiu ao menos tencionar o metabolismo do poder de comando nos relatos.

O trabalho tentou explicitar que, em sua relação totalizante, o capital tende a se apropriar de todas as experiências sociais em meio a sua “missão civilizatória”. Ao mesmo tempo que se apropria destas experiências, constrói uma identidade positiva de si mesmo (capital): a ideologia “o trabalho dignifica o homem” é simultânea a imposição do trabalho e da destruição dos modos de vida anteriores a ele. Desta forma, buscou-se, na contramão, encontrar o negativo do capital, em seus aspectos lógicos e práticos para a construção de sua crítica.

PRIMEIRA PARTE

OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DE MARX

I – O processo de produção do Capital.

I.a -Teoria do Valor em Marx.

Marx inicia a demonstração de sua análise da sociedade capitalista pela sua forma elementar, a mercadoria. Segundo Marx, a mercadoria é um objeto externo ao homem, pelo qual a humanidade satisfaz suas necessidades, “do estômago ou da fantasia”¹.

A satisfação destas necessidades se dá por meio do uso, conferindo a mercadoria um “valor de uso”. Inicialmente o valor de uso se apresenta como o conteúdo material da riqueza, que se realiza no momento do consumo². Dessa forma, os diferentes tipos de necessidades sociais são satisfeitos por valores de uso igualmente diferentes. Desta forma, o valor de uso se caracteriza pela sua qualidade específica de satisfazer uma necessidade específica.

Na modernidade - diferentemente de outros momentos históricos pregressos -, ao mesmo tempo em que a mercadoria é um objeto de uso é também portadora de “valor de troca”. Juntos, valor de uso e valor de troca, constituem a “forma valor”. Nesse sentido, o valor de uso é o veículo do valor de troca.

Inicialmente, o valor de troca aparece como uma relação quantitativa e proporcional entre os diferentes usos. Nesse sentido, não faz diferença as diversas qualidades destes usos, sua utilidade prática, mas somente a proporção quantitativa entre eles: o valor de troca se constitui tornando os valores de uso uma abstração numérica.

No processo de troca, uma mercadoria só expressa seu próprio valor em relação a outra equivalente, já que não pode nem se trocar por si mesma, nem por uma mercadoria do mesmo tipo. Em sua forma simples, a troca se representa na fórmula [“x” quantidade da mercadoria “a” é trocada por “y” quantidade da mercadoria “b”].

Mas como é possível trocar valores de uso qualitativamente diferentes? As grandezas de qualidades diferentes somente tornaram-se quantitativamente comparáveis depois de serem reduzidas a mesma unidade. Se abstrairmos a qualidade do uso de uma mercadoria, sua utilidade, e sua forma corpórea

(concreta), restará a ela apenas uma única propriedade: ser produto de trabalho humano.

“O produto do trabalho é em todas as situações sociais objeto de uso, porém apenas uma época historicamente determinada de desenvolvimento – a qual apresenta o trabalho despendido na produção de um objeto de uso como sua propriedade “objetiva”, isto é, como seu valor – transforma o produto de seu trabalho em mercadoria”. (MARX, 1867)

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, seu valor de uso, desaparece também o caráter útil dos trabalhos neles representados, assim como as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a “trabalho humano abstrato”.

O trabalho abstrato, segundo Marx, é um trabalho humano genérico, amorfo e indiferenciado - uma “gelatina de trabalho humano”. Se torna trabalho abstrato na medida em que se abstrai suas diferentes propriedades qualitativas de satisfação das necessidades concretas. Essa abstração do trabalho é o que torna possível medir a sua grandeza pelo tempo despendido no momento da produção. Assim, aumenta-se ou diminui-se a grandeza de valor contida em uma mercadoria proporcionalmente ao aumento ou diminuição da quantidade de trabalho nela cristalizada.

As mercadorias, assim como o trabalho, podem ser analisadas em uma duplicidade de aspectos: individual e coletivo. No âmbito coletivo, ainda que seja formado pela soma de trabalhos individuais, o trabalho é constituído enquanto uma força conjunta única de trabalho humano igual à da sociedade que opera, formando uma “média social”.

A quantidade média de trabalho necessária para a produção de uma mercadoria varia segundo o desenvolvimento das forças produtivas de uma dada sociedade. O grau médio de habilidade dos produtores envolvidos, o desenvolvimento das técnicas, da eficácia dos meios de produção vigentes e das condições naturais condicionam a quantidade de tempo necessário gasto na produção de uma determinada mercadoria.

“Pode parecer que, se o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade de trabalho despendida durante sua produção, quanto mais preguiçoso e inábil é um homem, tanto mais valiosa é sua mercadoria, porque ele precisa de tanto mais tempo para fabricá-la. O trabalho, porém, que constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho global da sociedade, que representa nos valores do mundo das mercadorias, é aqui considerada uma única força de trabalho humana, apesar de compor-se de numerosas forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é igual a outra força de trabalho humana, desde que possua o caráter de uma força de trabalho social média e atue como essa força de trabalho social média, isto é, desde que precise na produção de uma mercadoria apenas do tempo de trabalho necessário na média ou socialmente necessário”. (MARX,1867)

Durante o processo histórico de formação de capital se impôs a lógica da finalidade básica de criações de valores de troca, submetendo os valores de uso, e conseqüentemente, os trabalhos concretos à um trabalho humano abstrato. Igualmente, se fez com que o trabalho individual e privado se convertesse diretamente em trabalho social, socializado pela troca no mercado.

Segundo Marx, no processo social de troca “desaparece a relação eventual de dois donos individuais de mercadorias. Evidencia-se que não é a troca que regula a grandeza de valor, mas, ao contrário, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca”. (MARX,1867)

Ou ainda, nas palavras de Kurz: “Essa forma específica do trabalho e o conceito de trabalho correspondente são de fato incompatíveis com todas as formações sociais anteriores da história humana, porque nestas o trabalho, seu produto e a apropriação deste, ainda aparecem essencialmente em sua forma concreta, direta, sensível, como valores de uso. O trabalho (labor) era, portanto, uma necessidade imposta pela natureza, porém precisamente por isso nenhum dispêndio abstrato de força de trabalho e nenhuma atividade social que traz em si sua própria finalidade. (...) No sistema produtor de mercadorias da modernidade, ao contrário, a lógica da necessidade foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e cientificização, rompem a coação e a prisão da “primeira natureza” passam a

ser presas numa coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma “segunda natureza”, cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensíveis e exigente como a da “primeira natureza”, apesar de sua origem puramente social” (KURZ, 1989)

Na totalidade dos inúmeros tipos de valores de uso socializados pela troca, aparece uma totalidade de mercadorias igualmente diversificada, em um complexo sistema de interdependência, ou, nas palavras de Marx, uma “divisão social do trabalho”.

A forma valor geral é a expressão social do mundo das mercadorias. Uma espécie particular de mercadoria recebe a forma geral de equivalente, porque todas as outras mercadorias se utilizam dela para expressar seu valor. Quando uma determinada mercadoria atinge o monopólio geral da sociedade torna-se mercadoria - dinheiro. Historicamente os metais preciosos, sobretudo o ouro, ocuparam essa função. Primordialmente, o dinheiro é a condição para acumular valores, realizados no processo da troca. A forma mercadoria simples é o germe da forma dinheiro, mas aparece socialmente codificada, para mascarar seu caráter essencialmente social: a produção de valores a partir da exploração do trabalho.

Ao analisar as categorias da sociedade industrial, custos produtivos, salários e lucro, Marx formula a famosa crítica à Economia Política: ao contrário de Adam Smith, que considerava que o lucro adivinha da lei de oferta e demanda – e, portanto, do mercado -, Marx centrou-se no processo produtivo e revelou a relação entre o lucro e a “mais-valia”. Neste sentido, a mais-valia é a diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho. Assim, o lucro não advém do mercado, mas da apropriação do trabalho não pago por parte dos capitalistas.

I.b - O Fetiche da Mercadoria.

A construção de uma crítica social feita por Marx a partir das condições materiais da sociedade, inclui, necessariamente, a metafísica inerente a forma mercadoria, na medida em que compreende que a materialidade – é dizer o

concreto – não existe sem a relação com uma imaterialidade imanente – uma abstração.

“À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. (...) Mas logo que ela aparece como mercadoria ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica”. (MARX, 1867)

Essa metafísica, que rege a constituição da modernidade, advém da forma social do valor e do caráter específico do trabalho:

“Os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas como meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies de troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem. Por isso o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma cada produto de trabalho em um hieróglifo social. O valor é uma relação entre pessoas, oculta por uma capa material”. (MARX, 1867)

É exatamente essa forma acabada – a forma dinheiro – do mundo das mercadorias que oculta, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados, que somente entram em contato por intermédio das mercadorias que produziram.

Para expressar o movimento autônomo das mercadorias em relação aos seus produtores, Marx recorreu comparativamente a religião para construir o conceito de “fetiche da mercadoria”. Etimologicamente, a palavra fetiche origina-se da palavra *factiticius* (fictício) do latim e da palavra *feitiço* do português. O termo foi empregado primeiramente no século XVI por portugueses para descrever, durante rituais religiosos da África Ocidental, objetos que possuíam poderes mágicos sobrenaturais.

Portanto, o fetiche da mercadoria, é a constituição da vontade independente das mercadorias face seus produtores, humanizando as coisas e coisificando os homens, tornando a sociedade uma “forma fantasmagórica de uma relação social entre coisas”. A analogia foi feita a fim de caracterizar um estado social em que a sociedade não tem consciência de si mesma, não penetra nem organiza diretamente na prática sua própria forma de socialização, mas sim tem que “representá-la” simbolicamente em um objeto externo animado (a mercadoria). Da mesma forma, pode-se dizer que o fetiche é o momento em que algo que é uma representação toma o lugar de algo que é representado, aparentado sempre ter estado lá de maneira natural.

“Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas. ”
(MARX, 1867)

Ao analisarmos o fetiche da mercadoria, se torna claro que o valor de uso é tão somente o veículo do valor de troca, e, por isso, está necessariamente vinculado a ele para que juntos - isto é, um em relação ao outro - possam constituir a forma social do valor acabada.

Inicialmente, o valor de uso aparece como a satisfação das necessidades sociais, uma determinação. Tão logo compreendamos o valor de uso e o valor de troca enquanto elementos da contradição da forma valor acabada, o valor de uso se revela enquanto forma identitária do valor. Esta identidade é, por sua vez, sua forma fetichista, na medida em que a realidade social aparece como uma materialidade, velando a metafísica inerente a esta materialidade.

Segundo o pensamento de Marx, não existe uma materialidade que não contenha uma abstração inerente, que lhe determine. A separação moderna entre sujeito e objeto é um pressuposto da razão. Esta imaterialidade, ao se deparar com o objeto, reflete ao observador sua própria imagem (social). Assim, o valor de uso não pode ser a categoria explicativa do processo de modernização enquanto uma positividade. A recusa do valor de troca tem de ser simultaneamente a recusa do valor de uso enquanto fundamento da forma valor acabada.

I.c – A formação do histórica do Trabalho.

Do ponto de vista de sua formação histórica, o trabalho se manifesta pela forma da imposição militar colonizadora, etnocêntrica e masculina. Vários séculos de violência aberta foram precisos para torturar as pessoas a fim de fazê-las trabalhar segundo a lógica da economia de mercado.

O primeiro passo foi dado em direção a destruição dos modos tradicionais de vida, “libertando”, os “novos trabalhadores” de suas terras. Esse foi o sentido da “Lei do Cercamento de Terra”³, que extinguiram os antigos direitos de liberdade de caça, pesca e coleta de lenha nas florestas, acabando com as possibilidades de sobrevivência sem inserção no mercado e destruindo o universo simbólico onde as antigas relações sociais se constituíam. A cerca, neste sentido, é o símbolo da instituição da propriedade privada da terra. Quando as massas pauperizadas “livres” fugiram para os novos aglomerados urbanos, mendigando e roubando para a satisfação de suas necessidades, foram, então, internadas em casas de trabalho e manufaturas para serem torturadas com as novas máquinas de trabalho para adquirirem uma nova consciência, a fim de se tornarem animais de trabalho obedientes. Aos insurgentes restaram a mutilação, a tortura e a morte.

Até poucos séculos atrás, como bem lembrou o grupo Krisis⁴, a sociedade ainda tinha a consciência do nexos entre o trabalho e a coerção social.

Etimologicamente, nas línguas europeias de matriz latina e germânica, a palavra trabalho designa atividade de pessoas subalternas e não-livres: “nos países de língua germânica, a palavra *arbeit* significa trabalho árduo de uma criança órfã e, por isso, serve. No latim, *laborare* significava algo como o

"cambaleio do corpo sob uma carga pesada", e em geral é usado para designar o sofrimento e o mau trato do escravo. As palavras latinas *travail*, *trabajo*, etc. derivam-se do latim, *tripalium*, uma espécie de jugo utilizado para a tortura e o castigo de escravos e outros não livres." (KRISIS, 1999)

Concomitantemente à colonização interna da Europa, foi levada a cabo a colonização da América e da África. Amparados pela ideologia etnocêntrica das metrópoles, que bradava a selvageria não-civilizada dos povos recém "descobertos", os feitores se jogaram em campanhas militares de roubo, estupro, destruição e extermínio, com alcance sem precedentes na história da humanidade.

Foram criadas leis e formas de consciência cristã que legitimasse a escravidão de milhões. A escravidão moderna, que nas economias coloniais de plantation e extração de matérias-primas ultrapassou em dimensões a escravidão antiga, faz parte dos crimes fundadores do sistema produtor de mercadorias. Ali foi utilizado, com maior eficiência e menor pudor, a "destruição através do trabalho". Marx chamou este processo de "acumulação primitiva de capitais".

Assim, o *ethos* repressivo do trabalho foi mascarado enquanto "missão civilizatória". Do ponto de vista eurocêntrico, cultura e civilização eram determinados pela submissão consciente e voluntária ao trabalho. Aos que não aceitaram a "civilização" imposta pela "catequese do trabalho" restaram as tentativas desesperadas de fuga e autodeterminação dissimulada, que em geral acompanhou o peso do açoite e a "sombra da cruz".

Mas mesmo que a lógica do trabalho tenha sido imposta em todas as esferas sociais, sob a imposição do tempo abstrato, nem todas as atividades puderam ser diretamente transformadas em mercadorias-dinheiro. Assim, surgiu junto com a esfera do trabalho, de certa forma como seu avesso, também a esfera privada doméstica, da família e da intimidade, declarada pela ideologia burguesa como o refúgio da "vida verdadeira", ainda que esta vida fosse marcada pela dominação e pelo terror.

Essa esfera, definida como feminina, é um produto do trabalho. Cindiu do trabalho, mas só existe em relação a ele. Este espaço é seu pressuposto silencioso e ao mesmo tempo seu resultado específico. Esta cisão criou os

estereótipos sexuais que foram generalizados no decorrer do desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias. Não é acaso que tenha se fortalecido a divisão social de gênero, relegando ao feminino a imagem preconceituosa da mulher irracional e emotiva, natural, frágil, impulsiva e tempestuosa, juntamente com a imagem do homem trabalhador, produtor da cultura e emissário da civilização, racional e autocontrolado.

Assim, sob o ponto de vista do homem branco ocidental, os "selvagens" e as mulheres se equivaliam como seres inferiores, que vegetavam entre os homens e os animais, ligado as forças primitivas da natureza, e portando, como alvo das missões de imposição da civilização. O universalismo do trabalho é, desde sua origem, racista, colonialista e misógino.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade do trabalho, a dependência social tornou-se uma relação abstrata e, justamente por isso, total. Ela pode ser sentida em todos os lugares, mas não é palpável. Perpassa não só a esfera econômica, mas permeia toda a existência social, até a manifestação dos fenômenos sociais e a "superfície" cotidiana. O "tempo livre" nada mais é senão que um termo de presídio, que pressupõe a prisão como regra.

E, uma vez que a sociedade se encontra centralizada na irracionalidade do trabalho, desenvolve, obrigatoriamente, a tendência ao *apartheid* social. A violência original explícita deu lugar a uma nova consciência meritocrática social-darwinista não menos violenta que, para naturalizar a lógica perversa da seleção social, relegou à mão invisível do mercado⁴ e a concorrência o papel da exclusão e eliminação do "outro". Quando não bastou a exclusão econômica propriamente dita, na forma de ampliação da miséria, foi sempre perceptível a mão visível do Estado, que segue à lógica de aniquilação, levado a cabo pelas instituições militares de repressão. A estes, só lhes restaram uma função social: ser um exemplo aterrorizante para que todos os outros se contentem com as migalhas e se curvem ante a coerção do trabalho.

Após séculos de adestramento, a humanidade já não consegue sequer imaginar uma vida para além do trabalho. A forma de consciência que naturaliza o trabalho se tornou tão eficiente e entranhada que cada um acabou por se tornar feitor de si próprio.

Da mesma maneira, a crise capitalista mundial - simultânea ao centro e a periferia - recupera às formas análogas que remetem ao colonialismo, ainda que contemporaneamente esteja sob administração das instituições internacionais de regulamentação do capitalismo (FMI, Banco Mundial, ONU). Concomitantemente, no momento de manifestação da crise, a sociedade do trabalho retorna aos métodos de seus crimes de fundação, onde Estado cada vez mais se restringe a sua forma puramente repressiva.

¹ Para Marx, as necessidades “do estômago” (naturais) e as necessidades da “fantasia” (criadas socialmente) têm a mesma determinação. Afinal, como bem observou, como poderia viver um operário francês sem o seu vinho?

² Houve uma escolha metodológica de manter o encadeamento lógico e a disposição das ideias segundo o original de Marx. Com a revelação do fetiche da mercadoria, que foi exposto a seguir, pode-se inferir que a determinação do uso como a satisfação das necessidades sociais é a rigor, falsa. Nesse sentido, o valor de uso é somente a forma de identidade do valor.

³ A Lei do Cercamento de Terras foi imposta na Inglaterra, no século XVIII. Consistiu na transformação das terras comuns aos senhores e servos, em propriedade privada dos senhores para a ampliação dos pastos para as ovelhas, para a produção de lã. A lã foi fundamental para a Revolução Industrial, na medida em que o setor têxtil foi o primeiro a se industrializar.

⁴ Antes da expulsão de Robert Kurz e Roswitha Scholz, ocorrida em 2004.

II – A crise econômica capitalista em seu nexó com o desenvolvimento do capital.

II.a - A crise como fundamento do capitalismo.

Entre as distintas formulações propostas a respeito das crises econômicas pesa a influência e as interpretações possíveis da obra de Karl Marx, em especial o *Capital*, onde a crise aparece pela primeira vez como um conceito fundamental para a compreensão do modo de produção capitalista. Segundo Marx, durante o processo de reprodução ampliada do capital, estabelece-se inexorável e contraditoriamente pulsações que alternam fases de acumulação (crescimento) e crise (recessão), como duas faces da mesma moeda.

Desta maneira, como observou Grespan: “o nexó profundo entre as crises econômicas e o capital – relação social estruturante da sociedade moderna – é um dos aspectos principais, talvez o decisivo, do entendimento dessa sociedade (...) Por ele revela-se, em negativo, a raiz de todas as complexidades do capitalismo, fundada na contradição constitutiva desse sistema e manifestas objetivamente nos momentos de desvalorização mais ou menos intensa e prolongada do valor até ali produzido, quando o capital nega sua própria definição de valor que se (auto)valoriza.” (GRESPLAN, 1994).

A manifestação da crise capitalista foi compreendida pelo marxismo como momento de interrupção do processo de produção. Capital e trabalho não conseguem se conjugar para criar uma atividade com o nível de rentabilidade exigida pela competição. Nesse momento, mão-de-obra, meios de produção e consumo são subitamente diminuídos. O desemprego em massa pressiona o salário médio para baixo, recuperando momentaneamente a taxa média de lucro dos capitalistas até que novamente outra crise se manifeste. No entanto, a pura manifestação fenomênica da crise não revela os entraves lógicos que a constituem.

A constituição da crise econômica moderna remete ao excesso de mercadorias que, pela ação do desemprego, não encontram consumidores. Em outras palavras, a destruição material das forças produtivas não se apresenta como causa, mas como consequência da crise capitalista. Não é a diminuição da produtividade do trabalho que produz a escassez, e sim a deflação gerada pela

crise que provoca o desemprego e multiplica as hordas de excluídos da sociedade de consumo. Portanto, uma crise de superprodução, de excesso de valores de troca, permitida pela alocação de recursos que é feita pelo mercado somente a *posteriori* da produção, de maneira que a produção tanto pode estar aquém ou além da demanda. É simultaneamente uma crise de subconsumo e de excesso de capital, que não encontram formas produtivas de se auto valorizar.

Assim, torna-se fundamental a compreensão da lógica e das categorias que se impuseram no processo de formação desta sociabilidade crítica.

O tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria altera-se com cada mudança da força produtiva. Genericamente, quanto maior a produtividade, menor o tempo de trabalho exigido para a produção de uma mercadoria. Dessa forma, o aumento da massa de mercadorias indica a diminuição tendencial da grandeza de valor em cada mercadoria individual.

“Quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor é o tempo de trabalho exigido para a fabricação de determinado artigo, tanto menor também a quantidade de trabalho nele cristalizada e tanto menor seu valor. Ao contrário, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior é o tempo de trabalho necessário para a fabricação de determinado artigo, e tanto maior seu valor”.
(MARX, 1867)

A busca incessante pelo aumento da produtividade, lógica inerente ao desenvolvimento do capitalismo sob a coerção muda da concorrência, trouxe e traz consigo, contraditoriamente, o aumento da exploração do trabalho e a diminuição dos trabalhadores diretamente explorados, tendencialmente a zero.

Segundo Marx, “o próprio capital é a contradição em processo, (...) pois esforça-se por reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. (...)”

Assim, por um lado, chama a terreiro todos os poderes da ciência e da natureza, bem como os da combinação e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação de riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho nela aplicado. Por outro lado, pretende medir pelo tempo de trabalho

estas gigantescas forças sociais assim criadas, e contê-las dentro dos limites requeridos para que o valor criado se mantenha como valor”. (MARX, 1887)

O capital investido inicialmente na produção é dividido entre a parte da aquisição e atualizações dos meios de produção e a parte paga aos trabalhadores na forma de salários. Marx denominou a primeira como “capital constante”, pois não aumenta durante o processo de produção e a segunda como “capital variável”, pois é aumentada mediante a exploração de mais-valia do trabalho.

“A parte do capital convertida em força de trabalho modifica, pelo contrário, o seu valor no processo de produção. Reproduz o seu próprio equivalente e um excesso acima disso, a mais-valia, que pode, ela própria mudar, ser maior ou menor. De uma magnitude constante, esta parte do capital transforma-se continuamente numa variável. Chamo-a, por isso, parte variável do capital, ou mais resumidamente: capital variável”. (MARX, 1867)

Assim, a “composição orgânica do capital” – medida proporcional entre capital constante e variável – altera-se, aumentando proporcionalmente o “trabalho morto” (maquinário) em relação ao “trabalho vivo” (humano). Isso se dá devido à pressão exercida pela concorrência, que força a eliminação dos custos produtivos, dentre eles, o trabalho.

É na contradição entre capital e trabalho que Marx desvenda inexorabilidade das crises do sistema capitalista. É o entrave lógico entre a diminuição do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, e, portanto, a mudança da composição orgânica do capital, que institui a “queda tendencial da taxa de lucro”. A taxa média de lucro é a proporção média entre a mais-valia extraída no processo de produção e o capital empregado para produzi-la. Em palavras mais simples: a cada salto de produtividade decorrente da inovação tecnológica, que substitui o trabalho humano por máquinas, consegue-se extrair menos valor (relativamente ao investido) durante o processo produtivo.

Algumas contra-tendências operam para que o sistema não entre em colapso: o barateamento das matérias primas; o aumento da exploração do trabalhador; a expansão do sistema; a magnitude do capital.

As matérias primas constituem a base da cadeia produtiva e são indispensáveis para a sobrevivência dos trabalhadores. Se torna decisiva para a definição do salário médio, pois daí vem a subsistência de fatores irredutíveis, como a alimentação. Investindo-se em tecnologias de barateamento de produção e extração de matérias primas pode-se diminuir também a média salarial, aumentando temporariamente a extração de mais-valia. Esse é o sentido da “revolução verde”, a industrialização do campo e a emergência e ampliação de um novo mercado: biotecnologia, defensores agrícolas e transgenia. Alertas sobre os riscos de saúde ou “desastres naturais” são ignorados, afinal, tudo são apenas negócios.

O aumento da exploração do trabalhador também pode ser utilizado como uma contra-tendência, na medida em que se paga um salário igual - ou menor - por uma quantidade maior de horas trabalhadas. Mas também aqui existe um limite físico, seja das horas que possuem um dia ou a morte dos trabalhadores por estafa. Pode-se acreditar também que o aumento das horas trabalhadas eventualmente pode fazer com que haja quebra da “docilidade do trabalhador” e ocorram revoltas sociais tão violentas quanto o processo de imposição do trabalho.

A expansão horizontal do mercado retarda também a queda tendencial da taxa de lucro, na medida que exporta capitais para os “novos mercados”. O limite físico do mundo se apresenta, apesar de ainda haver terreno para ampliação do consumo. Mas com a globalização e a mundialização do capital consolidadas, seria possível encontrar alguma área a ser incorporada que possa atrair investimentos produtivos a ponto de promover um relançamento mundial da economia?

Por último, a magnitude do capital empregada na produção, que atingiu um tamanho gigantesco, possibilita que, ainda que haja uma taxa de lucro menor, seja possível lucrar mais em termos absolutos. Mas ainda assim é necessária uma taxa mínima de lucro que compense o risco do investimento produtivo.

Desta forma, como observa Arcary, “se há contra-tendências, como o próprio Marx foi o primeiro em admitir, a tendência à queda da taxa média de lucro pode ser, de fato, neutralizada. A questão é, todavia, mais complexa que um

exercício de escolástica marxista. O problema histórico não é saber se é possível que a tendência possa ser neutralizada. Mas, responder por quanto tempo e em que condições”. (ARCARY,2002) Nesse sentido, as próprias contra-tendências, retomadas por Arcary na obra de Marx, reproduzem as contradições inerentes ao desenvolvimento produtivo.

Já se pode ver no horizonte limites do sistema, pelo aumento do desemprego estrutural, pela ampliação da miséria e por sucessivos “desastres ambientais”. Impossibilitado de resolver suas contradições inerentes, o sistema encontrou uma nova sobrevida: a flexibilização do mercado de trabalho e a venda da expectativa de trabalho futuro.

II.b - As novas formas (e a mesma lógica) do mundo do trabalho.

Após a crise econômica que emergiu em 1973, deflagrada pela alta dos preços dos combustíveis fósseis – 400% em cinco meses – levada a cabo pela OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) e que arrastou a economia dos EUA e Europa para a recessão - levando conseqüentemente à desestabilização da economia mundial - o capitalismo necessitou “atualizar” suas formas produtivas.

A necessidade de as empresas responderem à crise, fez com que se aumentasse a produção sem aumentar o número de trabalhadores ou os custos produtivos. Esta reestruturação se deu em torno da difusão de novas tecnologias, tais como a robótica e a microeletrônica, unificadas pelo avanço das ciências de informação, em especial, a internet e a comunicação via satélite.

Do ponto de vista da organização produtiva, o paradigma taylorista-fordista da produção em série e de massa, feita através da linha de montagem e do controle do tempo e dos movimentos parcelados dos trabalhadores em funções fragmentadas, separados entre elaboradores (gerência) e executores, e a constituição do operariado de massa, foi substituída pelo novo paradigma toyotista de produção, ou, como denominou Harvey, “acumulação flexível de capitais”.

O toyotismo foi desenvolvido pela introdução da experiência da indústria têxtil, onde os trabalhadores operavam simultaneamente várias máquinas, e da experiência do controle de estoques oriundos dos supermercados dos EUA, conhecido no Japão como *kanban*¹, nas indústrias automotivas, que acabou por reestruturar a produção de mercadorias para somente o necessário, no menor tempo possível, ou, como ficou conhecido, *just in time*.

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos novos padrões de consumo, notadamente, a criação e o fascínio dos produtos “personalizados”, feitos sob encomenda. A intensificação da exploração do trabalho e subcontratação se tornaram explícitas.

Assim, a acumulação flexível caracteriza-se por novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros e crédito, alta intensificação da inovação comercial, tecnológica e organizacional, aumentando o nível médio da produtividade mundial.

O desenvolvimento desta nova forma da produção capitalista acarretou em rápida intensificação dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores da economia como em diferentes regiões geográficas, deslocando a maioria dos empregos para o setor de serviços e uma subsequente “desproletarização” da economia.

Emergiu assim, uma nova ideologia da sociedade, baseada em etapas de desenvolvimento histórico evolutivo – do setor agrário primário, ao setor secundário industrial e, por fim, o setor terciário dos serviços. “Vista com superficialidade, a tese da terceirização se confirma empiricamente, embora de maneira totalmente disparatada e em oposição às hipóteses otimistas originárias. O que não se confirmou foi o surto secular de ocupação e prosperidade, aguardado com a passagem para a terceirização. Pelo contrário, tudo indica que a terceirização real está vinculada a um processo de crise e atrofiamento econômico mundial”. (KURZ, 2003)

A tese sobre o desenvolvimento evolutivo em direção à terceirização possui um defeito grave: o setor dos serviços se demonstrou improdutivo, não possuindo

nenhum surto de crescimento comercial, mas, ao contrário, precisando ser alimentado por compensações estatais na medida em que são organizados, em sua maior parte, na forma de serviços públicos.

“As sociedades ocidentais altamente industrializadas são caracterizadas como “sociedades de serviço” – referindo-se ao crescimento relativo e absoluto do setor terciário. O crescimento deste setor não deve ser entendido como pós-industrialismo ou pós-capitalismo, uma vez que mantém um caráter improdutivo, pois não se trata de um setor com acumulação de capital autônomo – ao contrário, o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade das indústrias correspondentes de realizar mais-valia nos mercados mundiais. Somente quando esta capacidade se mantém para toda a economia nacional em conjunto, os serviços industriais e não-industriais podem sobreviver, e expandir-se”. (KURZ, 1992)

A maravilhosa sociedade da formação, da educação, do lazer e da assistência social só pôde ser mantida em vida durante algum tempo, e em localizações privilegiadas, por meio do endividamento dramático e crescente do Estado. A primeira parte desse programa se cumpriu: um número cada vez menor de pessoas é empregado no setor primário e no secundário. Mas a segunda parte fracassou: a reestruturação dos recursos humanos no setor terciário não é praticável em termos capitalistas, e se torna cada vez maior o desemprego estrutural.

II.c - Dinheiro, especulação e ficção.

O dinheiro, como equivalente geral, não é senão a mercadoria destacada como “mercadoria do rei”². Em última instância, a função do dinheiro como meio de conservação do valor requer uma substância de valor própria. Como foi dito anteriormente, ao longo da história foram os metais nobres que desempenharam essa função, porque representavam trabalho abstrato de modo particularmente condensado.

Quando o padrão-ouro universal se desmoronou, na época das guerras mundiais e das crises económicas, deixou de haver qualquer medida para a relação entre as moedas, e assim, o mercado mundial definhou. Na estância de

Bretton Woods, em 1944, foi fundada a principal organização internacional – BIRD (*Bank for Reconstruction and Development*), posteriormente dividido em FMI (Fundo Monetário Internacional) e BM (Banco Mundial) -, que estabeleceu os fundamentos para uma nova ordem económica mundial visando a “reconstrução do capitalismo”.

O dólar, como nova moeda de reserva e de comércio mundial, devia possibilitar um sistema de câmbios fixos. Havia uma estabilidade relativa do sistema, baseada na garantia do dólar ser uma moeda convertível em ouro, segundo um padrão.

Mas, com a aceleração da circulação do dinheiro, já nem todo o ouro do mundo podia representar a crescente massa de mercadorias existentes. Desta maneira, em 1971, o governo dos EUA cancelou unilateralmente os acordos internacionais feitos em Bretton Woods, acabando com a conversibilidade do dólar americano em ouro.

O dinheiro – e consequentemente, as transações comerciais - foi “libertado” das suas amarras concretas, tornando a financeirização da economia mundial possível. De maneira simplificada, o capital financeiro é expressão pura da autovalorização tautológica do dinheiro, que se valoriza sem passar pela esfera produtiva. Possui, dessa forma, um carácter exclusivamente rentista, que somente valoriza ativos já existentes. Nos termos da economia marxista, suprimiu-se em importância a formula básica $[D - M - D']$ pela fórmula $[D - D']$.

Assim, a relação entre a economia financeira e a economia real se inverteu: não é o aumento especulativo da cotação que antecipa a expansão da economia produtiva, mas ao contrário, a alta da criação fictícia de valor simula a acumulação real, que já não existe mais.

Desta forma, “o próprio capitalismo põe fim ao seu crescimento, quando torna supérfluo tanto trabalho abstrato que leva à paragem da produção real de mais-valia, e somente consegue manter uma vida fictícia através do crédito e das bolhas financeiras, que acabarão por rebentar. (...) A crise não conduz a produção para caminhos “com sentido”, mas simplesmente paralisa-a, porque já não é capaz de cumprir o fim em si da valorização”. (KURZ, 1992)

A expansão de crédito e o endividamento são manifestações visíveis de que a capacidade aquisitiva global está diminuindo: a cada ciclo de realização de mais-valia sobra um excedente que não pode nem ser aplicado produtivamente, nem emprestado na forma de juros, pois os principais credores, os Estados, já estão afogados em dívidas.

“O boom absurdo, puramente fictício, do capital especulativo, sobreposto aos circuitos de déficit nacionais e internacionais, fez nascer, até o fim dos anos 80, a ilusão de que a solvência do Ocidente fosse praticamente inesgotável, os processos de endividamento pudessem ser estendidos até o infinito e as diversas crises de dívidas pudessem ser administradas sem grande esforço. (...) Enquanto está se passando o processo especulativo, o capital fictício, que não tem substância alguma, cria nos participantes do mercado a ilusão de render muito mais lucro do que o capital realmente produtivo. Precisamente por isso, o capital fictício pode atuar sobre a produção real de bens e induzir processos de produção materiais, cuja invalidade se revela apenas posteriormente, no colapso inevitável da especulação”. (KURZ, 1992)

Ou ainda, nas palavras de Alfredo: “A queda tendencial da taxa de lucro, (...) desloca o dinheiro de sua base substancial, o valor, o que leva a que toda a expressão monetária de valor se coloque como uma ficção do valor, na medida em que se põe como crédito, isto é, como promessa de trabalho, numa sociedade cujo tempo de trabalho é o tempo zero de trabalho, isso é, sua plena improdutividade”. (ALFREDO, 2010).

A simulação se tornou o traço mais característico do capitalismo em crise. A utilização de trabalho presente foi substituída pela usurpação da utilização de trabalho futuro, o qual, provavelmente, nunca se realizará.

¹ O *Kanban* é um sistema de luzes ou placas que controla o ritmo da produção, utilizado originalmente na reposição de estoques nos supermercados e que posteriormente foi amplamente difundido, indo da indústria automotiva às redes de *fastfood*.

² Antes do Estado Moderno, cabia aos reis o monopólio da mercadoria equivalente geral. A utilização dos metais preciosos como moeda de troca facilitou o acúmulo de dinheiro e a coleta de impostos.

III - A forma de ser negativa da modernização: a América Latina e o contrabando.

III – a. O fracasso da “modernização de recuperação”.

Os efeitos sociais mais trágicos da crise ainda não se manifestaram nos países centrais com a intensidade com que se manifestaram nos países periféricos. Isso se dá pela transferência parcial da crise para a periferia, mediante inúmeros mecanismos de dominação, e tem adiado, embora esteja cada vez mais próxima, a impossibilidade da reprodução ampliada do capital nos próprios países centrais. Em outras palavras, a exportação da crise para os países periféricos deu uma sobrevida aos países centrais, acentuando o abismo que separa os pequenos “oásis de produtividade” e bonança mundial do crescente deserto de pauperização.

Uma vez que a modernização se constituiu enquanto uma relação simultânea entre o centro e a periferia, torna-se necessário analisar as formas de ser próprias da periferia para compreender a forma negativa da modernização. Neste sentido, as teses sobre o “atraso” da modernização da América Latina em relação aos países centrais, e a tentativa de uma “recuperação” dentro dos paradigmas da própria modernização falham na medida em que não compreendem a extensão e os reais motivos da crise em que se encontram.

Iniciada efetivamente durante a década de 1930 - sobretudo no Brasil, Argentina e México - a industrialização latino-americana caracterizou-se principalmente pelo beneficiamento de produtos primários (em sua maioria alimentares e têxteis) e indústrias de base (metalurgia e siderurgia). Esta transição de uma sociedade basicamente rural para uma sociedade urbana e industrial se deu pela aceleração da destruição dos modos de produção voltados para a subsistência e pela violência da instituição do trabalho abstrato. Nota-se que desde o princípio a industrialização foi apenas seletiva. O setor moderno, com sua infraestrutura correspondente, desde o princípio existiu apenas como corpo estranho numa sociedade em que não pôde penetrar inteiramente.

O processo de modernização latino-americano se intensificou até a crise de 1973, mediante a intensificação da exploração de mão-de-obra barata e um grande investimento dos Estados, que se configuraram como os principais agentes modernizadores da periferia do sistema.

Ao contrário do que ocorreu no centro, o estatismo teve de impor-se frente ao monetarismo para possibilitar o processo de industrialização tardia¹. Desta forma, o Estado se transformou em proprietário e explorador das indústrias-chave, diretamente ou através de subvenções absurdas que as administrações dos países centrais não fariam, tentando criar assim, uma vantagem competitiva e atrair investimentos. Casos como a ida da indústria automotiva FIAT para Betim/MG, denunciado por Chico de Oliveira durante a ditadura civil-militar no Brasil, se tornaram constantes². No entanto, a subvenção permanente das indústrias e o peso do aparato estatal tornou-se insustentável.

Estes investimentos feitos, na forma de subvenções e financiamentos públicos, foram custeados pela tomada de empréstimos internacionais. Mas tão logo os custos dos créditos, na forma de juros e amortização, começam a superar o rendimento dos investimentos financiados, secou-se a fonte do dinheiro e fechou-se a armadilha das dívidas.

Nos termos da concorrência inerente ao capitalismo mundial, quanto menos os países da América Latina conseguiam acompanhar a corrida da produtividade, tanto menos puderam levantar os mesmos investimentos indispensáveis para o próprio desenvolvimento industrial e dos mercados internos, mais se endividaram e menos ainda conseguiram espaço na concorrência no mercado, formando um círculo vicioso.

Na prática, o dilema dessa lógica manifesta-se na distância cada vez maior entre a intensificação da produtividade, forçada pela economia de concorrência, dos países capitalistas desenvolvidos, e a produtividade possível das regiões “atrasadas” do mercado mundial. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT/ONU), já no começo dos anos 80, chegou à conclusão de que “a tecnologia empobrece o Terceiro Mundo”, implicitamente reconhecendo as contradições da modernidade.

O gigantesco estoque de capital do Ocidente, a partir do qual se realiza os aumentos seguintes de produtividade, não pode ser alcançado pelas outras partes do mundo em conjunto dentro da lógica das mercadorias. Como observou Kurz “cada passo de desenvolvimento e aumento da produtividade nos países atrasados é negativamente compensado, em escala crescente, por dois ou três ou mais passos nas regiões mais avançadas”. (KURZ, 1992)

Os juros provenientes da contração das dívidas pelos Estados expandiram-se com rapidez muito maior do que qualquer desenvolvimento imaginável nos mercados internos e externos, tornando as dívidas endêmicas. Neste sentido, considerando a impossibilidade da concorrência em larga escala entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos, a iniciativa de buscar empréstimos nos mercados financeiros internacionais foi antes um passo desesperado do que um caminho bem refletido de desenvolvimento “sustentado”.

Mais uma vez se torna claro a imposição da lógica abstrata da rentabilidade, inerente a mercadoria moderna e ao mercado mundial por esta constituído, que não reconhece, e nem pode admitir, uma estratégia politicamente induzida - isto é, puramente baseada em decisões conscientes. Mais cedo ou mais tarde, a lei da rentabilidade, que diz que somente é válida e capaz de participar do mercado aquela produção que corresponda ao nível mundial de produtividade, atua, tornando impossível discutir com as leis estruturais da produção de mercadorias, sob a argumentação em defesa de um “fair-play financeiro”, como se tratasse de um sujeito consciente. Dessa forma, as tentativas de “modernização recuperadora” e desenvolvimento nacional latino-americano fracassam.

“A passagem do setor agrário primário para o industrial secundário já não teve aqui nenhum êxito ou o teve de maneira muito imperfeita. Foi justamente o fracasso da “industrialização recuperadora” que produziu uma situação paradoxal, segundo os critérios da teoria do desenvolvimento dos três setores basais: por um lado, uma parte da sociedade foi relançada a uma produção de subsistência agrária primitiva, que vegeta na vizinhança da agroindústria direcionada ao mercado mundial; por outro lado, surgiu uma terceirização da miséria em massa nas aglomerações urbanas, que incham monstruosamente”. (KURZ, 2003)

Reconhece-se que a própria noção de recuperação e de fracasso, da maneira como foi empregado por Kurz, já são falhas na medida em que são categorias que não admitem a simultaneidade do processo de modernização - que cria e recria ao mesmo tempo o centro e a periferia. Fracasso e sucesso, centro e periferia, acumulação e crise, neste sentido, são simultâneos.

Após a crise de 1973, o crédito barato e abundante desapareceu, substituindo o grande crescimento econômico vivenciado na região, por uma recessão econômica e, por fim, a moratória das dívidas públicas e a consequente “crise de dívidas do Terceiro Mundo”, inaugurada pela interrupção dos pagamentos da dívida externa por parte do México em 1982.

As transformações produtivas vivenciadas a partir da década de 1970 alavancaram um novo salto de produtividade, denominado de Terceira Revolução Industrial, tornando poucas – e, cada vez mais, insuficientes - as mercadorias latino-americanas que possuem condição de competição nos mercados mundiais. No âmbito da concorrência, quando não esbarram nas questões da baixa produtividade interna (comparativa), se chocam com o protecionismo dos mercados desenvolvidos. E, sufocados com o montante crescente de juros e amortização dos créditos dissipados no investimento produtivo feitos há muito tempo, não tem a condição de investir em renovação produtiva.

O panorama se torna especialmente trágico na medida em que o deslocamento da produção para lugares com mão-de-obra mais barata, principal atrativo para as investidas produtivas internacionais e principal motor da industrialização periférica, perde importância. Em face a compulsão da rentabilidade, as empresas estariam tendendo a redução dos custos com trabalho vivo e, com isso, a liberação de mão-de-obra. O fator decisivo nesse processo já não é mais o salário baixo, mas sim a incapacidade destas produções altamente automatizadas de absorver massas suficientes de mão-de-obra. “O que faz sofrer as massas do Terceiro Mundo já não é a provada exploração capitalista de seu trabalho produtivo, mas, ao contrário, a ausência dessa exploração”. (KURZ, 2003)

O passo seguinte é o da escassez dos créditos comerciais, tendo de ser substituídos em montante crescente pela entrada de capital monetário procedente das grandes instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, ONU), que, dessa maneira, se transformam em verdadeiros “governos paralelos” e minam a soberania dos Estados devedores.

Uma vez que estas instituições estão também sujeitas às mesmas leis do dinheiro, tendo de se inserir na lógica do pagamento da rentabilidade dos juros, impõe suas condições para os empréstimos, uma cartilha neoliberal que possibilita, por um tempo, a valorização do dinheiro emprestado: a privatização das empresas públicas para o pagamento das dívidas e a redução dos serviços públicos prestados. Alcança-se a fase final quando um país ou região acaba completamente separado da circulação global do dinheiro, e os seus próprios recursos ficam paralisados por causa da rentabilidade insuficiente. A maioria da população padece sem os serviços básicos outrora fornecidos pelo Estado, só permanecendo viva graças a doações caritativas de organizações assistenciais internacionais, forçando a migração massiva dos excluídos para os “oásis”, em busca de refúgio.

Se a década de 1980 foi o momento de colapso das economias latino-americanas sob o impacto da elevação dos juros das dívidas externas, os anos 1990 se tornaram mais uma “década perdida” na América Latina. Sob o impacto dos ajustes impostos pelas instituições de regulamentação internacional, notadamente, a privatização de áreas-chave do sector estatal, os cortes nas despesas sociais e salariais, com a subsequente desregulamentação dos mercados internos, a América Latina sofreu um processo de agravamento crítico. Neste sentido, não parece ser um exagero a alcunha de recolonização, sustentada por Valério Arcary – ou até mesmo a denominação de “sociedades pós-catastróficas”, defendida por Robert Kurz.

“O Terceiro Mundo já passou pela parte essencial do seu colapso, ainda que a vida, depois da chegada da “normalidade”, continue de alguma maneira, em um nível de vida cada vez mais miserável. Depois de realizar-se a catástrofe (acumulação) primitiva da reprodução social, trata-se, por assim dizer, de “sociedades pós-catastróficas”, que somente estão ligadas à circulação

sanguínea global do dinheiro por algumas poucas veias muito finas”. (KURZ, 1992)

III- b. O contrabando: ilegalidade, negatividade e estratégia de sobrevivência.

Imersa em uma realidade de ciclos de acumulação e crise cada vez mais curtos, parte da população latino-americana somente pôde sobreviver dentro dos pressupostos da forma valor, através do que Kurz chamou de “instâncias mediadoras” – é dizer, mediação entre a escassez da exploração do trabalho e a necessidade de acesso ao dinheiro. A ilegalidade - tanto na forma de roubo, extorsão e estelionato, como na forma de mercado paralelo, ou como foi designado, “economia subterrânea” - exerce essa função de mediação. É desta forma que inúmeras regiões “à beira do colapso” recebem dinheiro, conservando-se assim, ao menos uma “sombra da ordem” dentro dos pressupostos da economia moderna. “Quando o crime organizado constitui o único elo de união a circulação sanguínea do dinheiro, a máfia torna-se uma instância necessária da reprodução social, pensando-se dentro da lógica do dinheiro.” (KURZ, 1992)

Neste sentido, o contrabando se torna ao mesmo tempo uma forma de ser necessária à esfera da circulação, na medida em que realiza os desígnios produtivos de converter as mercadorias em dinheiro, que posteriormente será reinvestido, e uma estratégia de sobrevivência das populações marginalizadas para conseguirem ser, pelo menos em parte, assimiladas dentro da lógica da forma valor.

Enquanto circulação de mercadorias e de dinheiro, o contrabando se constitui como uma possibilidade de aumento dos lucros – tendencialmente em queda - na medida em que não paga tributos ao Estado, não passa pela etapa de submeter-se a testes de qualidade e segurança do trabalho e, muito menos, paga direitos trabalhistas. Neste sentido, se forma enquanto uma contra-tendência à queda tendencial da taxa de lucro, impulsionada pela disputa inerente à concorrência no mercado e às leis da rentabilidade.

Não é surpresa que estas atividades se frutifiquem especialmente nas zonas fronteiriças, onde pode-se jogar com as diferentes alíquotas de impostos

praticadas em diferentes jurisdições, assim como as diferenças cambiais. Mas engana-se quem porventura pense que o contrabando se restrinja somente a estes espaços: a superação da fronteira é somente uma das etapas da complexa economia subterrânea, que inclui relações íntimas com os dirigentes do Estado, o que possibilita acordos internacionais favoráveis (como, por exemplo, a utilização de portos estratégicos para o contrabando) e o planejamento urbano que favoreça o estabelecimento de pontos de estocagem, distribuição e venda, ligando as áreas produtivas às áreas de distribuição e consumo.

Participam desta sociabilidade, em diferentes escalas: o capital em sua forma “pura” (investimento, crédito, dívida e promessa de trabalho futuro); os Estados e suas respectivas leis de câmbio monetário; as instituições regionais supra-nacionais, tais como MERCOSUL, que definem juridicamente os acordos comerciais que estabelecem os tributos a serem pagos na alfandega entre os países envolvidos; os diferentes produtores de mercadorias, de localização difusa; os trabalhadores do comércio de todos os lados da fronteira; os fiscais e o aparelho repressivo, diretamente financiados pelo Estado; os contrabandistas, em sua complexa divisão social do trabalho.

Se torna claro que a despeito de toda a estrutura militar-repressiva dos Estados, o contrabando triunfa. Não somente porque os sujeitos envolvidos sejam “imorais” e “degenerados”, como acusa o senso comum e o discurso oficial. Mas todo o discurso de “fair-play” no mundo da mercadoria cai por terra no exato momento em que diferentes produtores têm de se confrontar no mercado. Sob a coerção da lei da rentabilidade, quem atuar abaixo de uma média de lucro mundial, perece. Na medida em que a média só se forma a *posteriori* da etapa de produção - é dizer, na etapa de circulação - se torna uma “luta no escuro”, forçando os envolvidos até os limites do possível. Assim, torna-se claro que a dita “ilegalidade” somente é ilegal de fato na esfera do Direito. A imoralidade implícita ao mercado obviamente não é reconhecida no discurso hipócrita da grande mídia. Do ponto de vista das regras gerais da acumulação, a diminuição dos custos, tanto produtivos como os da circulação, é a lei e o fundamento.

Desta maneira, a fronteira se constitui enquanto limite físico e jurídico do Estado, detendo a soberania legal (ainda que relativa) de um determinado território e subjugando-o a um conjunto de normas, se colocando como uma barreira à circulação de pessoas e mercadorias. Porém, enquanto estratégia de sobrevivência das populações marginalizadas, o contrabando se torna um fenômeno de superação da fronteira, onde pesa a condição do “saber passar”. “A condição fronteira é (...) um *savoir passer* adquirido pelos habitantes da fronteira, acostumados a acionar diferenças e semelhanças nacionais, lingüísticas, jurídicas, étnicas, econômicas, religiosas que ora representam vantagens, ora seu próprio cerceamento” (DORFMAN, 2009).

Um terceiro sentido do contrabando emerge através da possibilidade de valorização fictícia do capital, no contexto do desenvolvimento atual das forças produtivas, que substituiu em importância a forma produtiva do capital [D-M-D’], para a forma [D- D’]. Grande parte do montante da economia subterrânea se dá na forma da pura circulação de dinheiro, manipulando diferentes taxas de câmbio praticadas, de dinheiro que já não tem substância alguma. Se torna explícita a contradição entre preço e valor, na medida em que o capital se constitui improdutivo, já não encontrando formas de autovalorização que incluam a exploração de trabalho humano.

¹ De acordo com Kurz, o modo de produção capitalista tende a variar pendularmente entre momentos de supremacia do Estado frente ao Mercado (Planejamento econômico), e do Mercado frente ao Estado (Liberalismo). Este movimento é apenas aparente e vela do desenvolvimento do Capital.

² OLIVEIRA, Francisco de. Cadernos de Debate 3: O Banquete e o Sonho. 1972

SEGUNDA PARTE
CADERNOS DE CAMPO

I – Introdução

Ainda que fundamento estruturante do modo de produção capitalista, a exploração do trabalho, ação produtora social de valor, se tornou deficitária. Nos momentos em que capital e trabalho não são conjugados lucrativamente, manifesta-se a crise - negação da própria definição do capital como valor que se (auto) valoriza. Dada a incapacidade do capital de organizar a exploração do trabalho com rentabilidade necessária para tornar o investimento produtivo viável, o trabalhador, agora praticamente supérfluo, é impelido a atividades onde a mera circulação de dinheiro – e não exploração do trabalho - torna-se objetivo primário.

O presente trabalho teve a finalidade de relacionar a crise estrutural do capitalismo - e seu entrave lógico - com as formas de sua manifestação na fronteira. Ainda que crise seja a forma de ser oposta e complementar a acumulação, e, portanto, observável em todo o espaço-tempo capitalista, seu estudo na fronteira Foz do Iguaçu – *Ciudad del Este* possibilitou o encontro de um emaranhado social, que se ambicionou iluminar pelo fio condutor das ações sistemáticas de contrabandos e pela luta desesperada dos trabalhadores, mobilizados pela própria necessidade de sobrevivência.

Desta forma, pretendeu-se em campo apreender as possíveis manifestação da crise a partir da experiência dos sacoleiros – que migram pendularmente de acordo com as flutuações cambiais (baixa no preço do dólar) - e dos diversos atores sociais implicados na circulação das mercadorias contrabandeadas.

A busca pela relação entre as determinações lógico-sociais por trás da produção do espaço singular da fronteira – incluindo seus aspectos cotidianos, suas simbologias e os aspectos práticos de sua superação enquanto limite – e das manifestações da crise, foi feita com a preocupação de “encontrar lugar” para o reencontro dos sujeitos e da subjetividade. Nesse sentido, deu-se ênfase no emprego de métodos de pesquisa qualitativos, ainda que, tenha coexistido, em menor grau, com métodos quantitativos.

Os métodos qualitativos foram utilizados para o levantamento de questões e problemas, como meio de verificação e de controle do que já havia sido pesquisado e na ampliação da compreensão qualitativa dos processos

enfocados (seus matizes). Por sua vez, os métodos quantitativos, como a estatística, serviram principalmente para se conhecer a intensidade de um fenômeno. Apesar de opostos, as diferentes metodologias não foram mutuamente exclusivas ao longo do projeto.

Durante a execução do trabalho de campo, por uma imposição dos temas abordados, alternaram-se momentos em que se explicitou ou omitiu o papel de pesquisador: na maioria dos momentos houve a necessidade de se identificar como pesquisador para se ter acesso as narrativas (Polícia Federal, Secretaria de Planejamento Urbano, Casa do Migrante) ou por compromisso ético (História de Vida). Ainda que editadas, estas narrativas procuraram ser expostas no trabalho de maneira explícita. Em outros momentos, coube a espontaneidade dos encontros e a omissão do papel formal de pesquisador a possibilidade de tocar em temas que envolveram a ilegalidade em diversos níveis – estas narrativas foram diluídas ao longo da construção deste capítulo, quebrando uma narrativa linear que pudesse identificar a identidade das fontes.

Quando se julgou poder falar abertamente sobre o contrabando, foram feitas entrevistas e gravações sob inspiração de diferentes métodos qualitativos, centrando-se ora na experiência de vida dos narradores, ora em recortes temáticos explícitos.

Alguns cuidados foram tomados em relação à preparação das entrevistas: o local foi escolhido com antecedência facilitando que o narrador estivesse confortável, com condições favoráveis para a gravação do áudio e com impeditivos de interrupções.

A nítida distinção entre narrador e pesquisador foi um desconforto que não se pretendeu negligenciar. De um lado o pesquisador é guiado por seus próprios interesses ao procurar o narrador, suas próprias preocupações. De outro, o narrador elege a experiência que considera digna narrar, sob pendor da sua própria valorização. Cisão posta, a pesquisa pretendeu ao menos tencionar o metabolismo do poder de comando nos relatos. Houve um pressuposto geral de que quanto menos o pesquisador falasse e direcionasse a narrativa, melhor. Ainda assim, nota-se que mesmo que o narrador tenha construído sua narrativa no local em que escolheu, com a duração que se sentiu confortável,

sem ser conduzido em nenhum tema ou trama, a narrativa foi utilizada posteriormente da maneira como conveio ao pesquisador sob seus próprios pressupostos éticos, sacrificando a vontade do narrador e reconduzindo a si próprio a uma posição de poder.

A fim de uma melhor compreensão das narrativas, fez-se necessário apresentar e discutir as diferentes formas de compreensão dos fenômenos e da experiência, a partir dos diferentes métodos cujo presente projeto pretendeu dialogar. Foram feitas escolhas metodológicas buscando responder as tensões dentro do próprio processo de produção do conhecimento e método científico, admitindo que não há produção de conhecimento neutro ou desimplicado politicamente.

II – Métodos.

II.a- História Oral.

A História Oral é um método de gravação premeditada de narrativas pessoais, feitas diretamente pessoa a pessoa, em áudio ou áudio e vídeo, para a elaboração de documentos escritos. As narrativas são gravadas buscando acontecimentos não registrados por outro tipo de documentação (escrita, oficial), ou cuja documentação se quer ampliar ou contrapor.

Assim, muitos pesquisadores propõem a História Oral como a História dos que foram silenciados, situados na tensão entre a historiografia oficial e a “história vista de baixo”, questionando os paradigmas epistemológicos quanto à objetividade e neutralidade de qualquer documento.

Em termos de documentação, a História Oral situa-se na superação dos documentos oficiais (que para o positivismo atestaria a verdade do fato social), no registro do que ainda não se cristalizou na documentação escrita, do não-conservado – e, portanto, em desaparecimento - do não-explicito e do subjetivo. As intenções por trás da produção dos documentos ficavam ocultas, dando a eles um aspecto de neutralidade inexistente.

Ao superar os limites da documentação oficial, a História Oral permitiu que todos tenham reconhecimento a participação social, não mais centrada somente na figura de “grandes homens” ou na pura expressão numérica de um fenômeno. Ao contrário, as narrativas individuais se entrelaçam para recriar o cotidiano e os aspectos do vivido.

Como procedimento empregado na coleta de dados, a História Oral é um instrumento. Não é nem um dado nem o produto final da pesquisa; ela é uma técnica de registros que necessitam ser posteriormente analisados. Porém, uma vez registrada, as narrativas permanecem inertes e imutáveis através do tempo, tendo as mesmas características de persistência e identidade que possui qualquer outro documento. Ao se materializar em documento escrito a História Oral ganha a objetividade de qualquer outro documento grafado. A dinâmica da narrativa, porém, continua a existir, alheia ao conhecimento que o documento escrito possa vir a produzir.

A utilização das narrativas como documento histórico também acena para a compreensão do processo histórico como perpetuamente não-acabado, já que as narrativas se transfiguram com o passar do tempo. Estas transformações são vistas como ressignificações da memória, reorganizadas por algum motivo (social e/ou individual).

A História Oral centra-se na subjetividade dos relatos, que no conjunto das suas “deturpações” retratam aspectos invisíveis na objetividade dos documentos oficiais. Para além da experiência efetiva “real” dos narradores, cabe aos pesquisadores desvendar a subjetividade implícita e inerente ao discurso. Explicita-se assim, que não existe mentira no sentido moral do termo. Esta decorre de intenções do narrador que merecem ser desvendadas.

A experiência, na esfera dos sentidos é indizível. Sua tradução para signos de linguagem, que se interpõe entre o narrador e o público, não é feita senão com uma mutilação. Uma vez que exista a mediação exterior da linguagem – e, portanto, da sociedade, nada que se expressa é puramente individual. Assim, o conceito de experiência já remete a ação do sujeito, inserido em relações sociais determinadas. A formação do indivíduo-narrador se funde com a formação da sociedade em que se insere/compõe. Sua própria forma de consciência é a que lhe é permitida. Seu discurso é igualmente implicado – quando fala, como fala, de onde fala, para quem fala. A memória de um conjunto de pessoas deve sempre evocar a identidade do grupo que a gerou, dando-lhes princípios que orientam suas atitudes, para que se possa estabelecer diálogos entre seus aspectos individuais e coletivos.

Pode-se dizer que a narrativa nasce na memória do narrador, se projeta na sua imaginação e, depois de articular estratégias, se materializa na linguagem e representação verbal de sua experiência.

II.b – História de Vida e História Temática.

História Oral de Vida é a narrativa de um conjunto de experiências da vida de uma única pessoa, sobre sua existência através do tempo, narrada conforme sua vontade e condições. A tentativa de reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu via oralidade possibilita o pesquisador delinear as relações do narrador com o restante da sociedade.

Nesta modalidade de História Oral, as perguntas devem ser amplas e não-factuais e não necessitam obedecer a um perfilamento cronológico linear. O próprio narrador organizará sua narrativa com base em suas vivências, sua própria hierarquização de momentos ou temas, que serão considerados pelo pesquisador através da subjetividade do relato.

A forma específica de agir do pesquisador ao utilizar ao conduzir o momento do relato está intimamente ligada à finalidade da pesquisa: na história de vida o colóquio é conduzido pelo narrador, enquanto no depoimento é o pesquisador que abertamente o dirige. Ambos se diferenciam da autobiografia – que pressupõe a ausência de um pesquisador - e da biografia, que se propõe a desvendar a vida particular do entrevistado – mesmo que atinja a sociedade em que vive o biografado.

A História Oral Temática prima por considerar um tema específico para o relato. A atuação do entrevistador como condutor dos trabalhos fica explícita. O recorte do tema deve ficar de tal maneira explícito que conste nas perguntas a serem feitas, admitindo inclusive o uso de questionários. A objetividade é direta. Em geral a História Oral Temática é utilizada como mais uma forma de documento, pela necessidade de ampliação das informações sobre um período ou tema específico e pela busca de esclarecimentos para a reconstrução da “verdade”.

Há autores que tomam a memória para a análise apenas depois dela ter sido depurada por entrevistas múltiplas, ou preparada com perguntas prévias – o que possibilita o narrador se preparar. Para estes, meras pontas de lembranças e reações imediatas equivalem à fantasia ou superficialidade.

Se por um lado garante objetivamente que o tema da pesquisa seja retratado pelo narrador, por outro, as entrevistas fechadas, na medida em que o entrevistador estabelece um roteiro, direciona a conversa e procede segundo seus interesses, moldam o “eu” do narrador segundo o reflexo do pesquisador – sob pena de utilizar o narrador como referência do que já se sabia ou supunha.

II.c – Deriva psico-geográfica.

A deriva se constitui como uma forma de vivência e método para romper com a

racionalidade das representações dominantes do espaço. Foi desenvolvida pelos situacionistas e, em especial por Guy Debord, para decifrar o espaço urbano – visto como um labirinto e uma linguagem, a partir da experiência direta lúdico-construtiva em evolução imprevista.

Parte da premissa de que o espaço urbano não está determinado somente pelos fatores geográficos e econômicos, mas pelas representações socialmente constituídas. Constituem-se como centro de possibilidades e significações. Assim, e segundo Marx, “os homens não podem nada ver em torno deles que não seja seu rosto, tudo lhe fala deles mesmos. Sua própria paisagem é animada”¹.

Do ponto de vista da teoria da deriva existe um relevo psicogeográfico das cidades: correntes constantes, pontos fixos, turbilhões que dificultam ou facilitam o acesso ou saída de certas zonas. Mas a deriva, em sua unidade, compreende ao mesmo tempo a dominação das variações psicogeográficas pelo conhecimento (e cálculo das suas possibilidades) e sua contradição necessária: o se deixar levar, renunciando as razões de se deslocar ou agir que conhecemos previamente, se deixando conduzir pelas solicitações do terreno e pelos encontros por ele proporcionados.

Os ensinamentos da deriva permitem estabelecer os primeiros levantamentos das articulações psicogeográficas da cidade moderna. Para além do reconhecimento de suas unidades e de sua localização espacial, percebem-se seus eixos principais de passagem, suas saídas e suas proibições (interdições). Assim, mede-se a distância (não cartesiana) que separam dois lugares, e que não tem medida comum com o que faz crer uma visão aproximativa de um plano.

Pode-se derivar sozinho, mas admite-se que a repartição numérica mais frutífera consiste em pequenos grupos de 2 ou 3 pessoas, onde o recorte das impressões desses grupos, uma vez aglutinados, deva permitir conclusões. A duração média de uma deriva é de um dia, compreendido entre o intervalo de dois períodos de sol. Porém esta duração média não é uma diretriz: a deriva se desenvolve frequentemente sobre algumas horas pré-fixadas, ou fortuitamente

durante muitos breves instantes, ou ainda ao contrário, durante muitos dias sem interrupção.

III - A experiência como “laranja”.

Todos os dias saem dois ou três ônibus lotados de passageiros de São Paulo em destino a Foz do Iguaçu pela companhia de turismo Transmuleke (TMT), localizada na Av. Senador Queirós – em meio área do mais central comércio da cidade. Há poucas informações na internet e, quando existem, são insuficientes ou confusas: não há horário da saída e chegada dos ônibus, nem o preço das passagens. Qual o motivo para tanta discrição?

A TMT controla rigidamente o acesso dos passageiros aos ônibus: são tiradas fotos dos passageiros com os documentos de identificação em mãos, ocorrem revistas minuciosas - corporais e em todas as bagagens levadas - e até telefonam para um aparelho fixo de algum familiar inquirindo sobre o passageiro. O motivo dessa paranóia por segurança se justifica pelos altos valores transportados (em dinheiro no trecho São Paulo – Foz do Iguaçu, em mercadorias no trecho Foz do Iguaçu – São Paulo). Nas palavras do próprio segurança particular da empresa “é mais fácil roubar um ônibus que um banco, é nesse caso pode ter a mesma quantidade de dinheiro nos dois”. Estimei, em conversa com outros passageiros, que poderia ter por volta de U\$ 2000 por pessoa, quantidade muito superior a cota de importação de U\$300 por pessoa.

Os ônibus saem todos juntos em comboio: estratégia de segurança contra assaltantes e contra a fiscalização da polícia. Os atravessadores em sua maioria já se conhecem, acostumados a fazer esse trajeto em média três vezes por semana. Para burlarem as normas de importação de mercadorias - que estipula o limite de U\$ 300 por pessoa para uso pessoal - desenvolveram uma estratégia de solidariedade e apoio mútuo: trocam momentaneamente as mercadorias de tipos diferentes entre si podendo declará-las como artigos pessoais. Estratégia de sobrevivência que não mascara os conflitos no seio do grupo, gerados pela acusação de favorecimento e privilégios concedidos a alguns pela gerência da empresa. Para não terem que respeitar a restrição de compras em *Ciudad del Este*, que legalmente só pode ser feita uma vez por mês, não declaram as mercadorias no controle aduaneiro, barreira a ser transposta durante o cruzamento da fronteira com o Paraguai, Ponte Internacional da Amizade.

Rapidamente me identificam como forasteiro. Ofertam-me o pagamento das minhas passagens (ida e volta, ou R\$170) em troca do uso da minha “cota”. Os que aceitam são denominados “laranjas”. A princípio não aceito, justificando que pretendo eu mesmo trazer minhas mercadorias a São Paulo, mas depois de alguns dias no Paraguai resolvo aceitar.

Um olhar rápido me faz pensar que são pessoas da classe trabalhadora, pobres em sua maioria. Os sotaques de diferentes regiões do Brasil se misturam com outras línguas estrangeiras: o espanhol, o guarani e o chinês. Saem de São Paulo com encomendas já feitas pelos lojistas (ruas 25 de Março, Andradas, Sta. Ifigênia, etc.). Não me parecem pequenos empresários: carregam no rosto o peso do trabalho, das noites não dormidas e do estresse e medo das perdas. Fazem parte do momento necessário para um grande esquema de circulação de mercadorias, que lhes conferem o papel da superação das fronteiras alfandegárias, promovendo e acirrando a competição na e pela ilegalidade. Um fluxo intenso – de pessoas, de mercadoria e de dinheiro - mesmo com o câmbio desfavorável (U\$1 – R\$3).

A empresa manipula os horários conforme seus próprios interesses, nada aqui é rígido ou previsível. Os horários e as paradas mudam com certa frequência e os ônibus só saem quando estão absolutamente lotados. Qual a vantagem de se viajar pela empresa? Qual a vantagem da empresa em transportar estas pessoas? O baixo custo proporcional a uma viagem convencional (R\$170 – R\$ 360) é uma grande vantagem para quem faz esse trajeto tantas vezes em uma semana. Por outro lado, a empresa, ainda que não cobre o que poderia por pessoa, tem a garantia de ter seus ônibus sempre com a lotação máxima. Um bom argumento, mas parece que não se justifica por si só. Há algo de expectativa de não perderem suas mercadorias durante o trajeto Foz do Iguaçu – São Paulo. Esta garantia só poderia ser dada pela empresa mediante a algum “esquema” - seja com o envolvimento de corrupção da polícia e dos órgãos fiscalizadores, seja com o envolvimento em uma estrutura de batedores e de comunicação entre contrabandistas sobre as ações policiais. Mas mesmo que aja algum “esquema” sempre há a possibilidade de encontrar um policial honesto ou uma batida policial não prevista.

De qualquer forma me parece que tanto a empresa quanto os atravessadores lucram – de maneira desigual - com essa simbiose. A aglutinação dos atravessadores é também a condição necessária para a troca de mercadorias entre si e, conseqüentemente, a superação da restrição da “cota” de U\$300. Sugeriu-me que houvesse um acordo com a polícia: a empresa se compromete a velar por certas regras -não transporta armas e drogas e zela pelo cumprimento ou “maquiagem” da cota - em troca da livre passagem. Esta hipótese foi negada pelos trabalhadores que afirmaram já terem perdido mercadorias em batidas policiais no passado recente.

A viagem é extremamente cansativa, são 15 horas em ônibus velho – tivemos três paradas por problemas mecânicos na ida – e as condições de higiene são precárias. As pessoas se acomodam no chão e não poucos se embebecam. Cheguei ao escritório da TMT em São Paulo às 17h. e saímos em comboio às 18h, depois de revista minuciosa, só chegando em *Ciudad Del Este* às 9h. Como fazem este trajeto inúmeras vezes e não há tempo de descanso para a maioria – o comércio formal em *Ciudad del Este* é feito das 07h. às 15h. - assim que o ônibus chega a Foz, um grupo já vai em direção a fronteira sem nem desjeuar. Outros permanecem no escritório da agência de turismo, fachada legal que regulamenta o transporte rodoviário das mercadorias. Os escritórios – em São Paulo e, principalmente, em Foz - servem também de guarda-volumes de mercadorias a serem transportadas. O grupo se concentra lá em todas as tardes as organizando as “cotas” e os “laranjas” para a viagem de volta para São Paulo. São separadas as mercadorias de suas embalagens, são misturadas mercadoria de tipos diferentes, empacotam as mercadorias pela estimativa de preço (ligeiramente maior que U\$300) e as pesam para que não supere os 32 kg. Depois entregam cada “cota” a um “laranja”, que deve decorar o que leva e o preço de cada mercadoria. O nome do “laranja” vai para a empresa, que é anotado ao lado do nome de quem paga pela sua viagem. Caso quem te contrate permaneça em Foz, um outro responsável é apresentado. As mercadorias que viajam em cima, junto com os pertences pessoais são trocados depois da única parada e as mercadorias que viajam no bagageiro são trocadas no escritório da empresa em São Paulo.

Ao lado do escritório de Foz outros inúmeros estabelecimentos aparentemente legais – como restaurantes, pousadas a baixo-custo, guarda-volumes, moto-taxis e lojas atacadistas – formam uma área fronteiriça que provavelmente esta associada ao contrabando. Parecem-me todos sócios: um recomendando os serviços do outro. O volume de compras é mais intenso no Paraguai em oposição ao Brasil, mas não quer dizer que este não exista: a oferta dos setores de vestuário, calçados e alimentação do lado brasileiro estimula que paraguaios atravessam a fronteira em sentido oposto.

Só se fala aqui de negócios. Todos são negociantes e tudo parece estar à venda: o tempo, o trabalho, a travessia, o risco, o dinheiro e a “cota”. Por trás de uma paisagem urbana aparentemente caótica tudo me parece muito organizado: zoneamentos específicos, empresas de logística e turismo, galpões e guarda-volumes, transportadoras, casas de câmbio e empreendimentos comerciais.

O fluxo na fronteira é intenso. Milhares de pessoas e mercadorias atravessam a ponte todos os dias: pedestres, motocicletas, automóveis, vans, ônibus e caminhões. Há transito inclusive de madrugada, quando se estima que as mercadorias mais perigosas e lucrativas atravessem a fronteira. Ainda que grande parte do contrabando e do tráfico aconteça em outras localidades – como o lago represado da Usina Itaipu bi-nacional ou as margens do Rio Paraná, com pequenos portos clandestinos como o da comunidade do Jupira – uma boa parte das mercadorias passa pela aduana dos dois países.

Do outro lado da Ponte da Amizade, *Ciudad del Este* parece estar voltada para o Brasil: um grande centro comercial que combina mercado formal – como shoppings e galerias, e mercado informal – como barraqueiros e ambulantes, mais densamente ocupada na área da fronteira.

Em menos de 1 hora caminhando pelas ruas me ofereceram toda a sorte de mercadorias – de brinquedos a eletroeletrônicos, de uma infinidade de tipos de drogas até armas de fogo. As mercadorias poderiam ser entregues de um lado da fronteira ou de outro, conforme a negociação. Em nenhum momento se constrangeram pela presença tímida de policiamento, em alguns momentos insistiram na venda mercadorias ilegais a menos de 2 metros de uma dupla de

policiais. E há muito pouca ou nenhuma fiscalização na fronteira. Do Brasil ao Paraguai, das três vezes em que cruzei a fronteira nenhuma pessoa foi abordada. Do Paraguai ao Brasil, das mesmas três vezes somente um casal foi revistado com uma olhada tímida em suas sacolas. Armas de fogo ou drogas não seriam apreendidas caso estivessem sendo transportadas. Em uma das travessias experimentei sair pela entrada, no contra fluxo e nada me foi dito. A única proibição que recebi em todo o trajeto foi a de filmar os policiais em ofício. Desta maneira a fronteira se tornou um campo fértil para os trabalhadores conhecidos como “formigas” que atravessam a fronteira inúmeras vezes por dia com “cotas” de mercadorias diversas.

Uma pesquisa simples de preço pela internet me sugeriu que as mercadorias estavam somente entre 10% e 25% mais baratas no Paraguai em relação ao Brasil. Com o câmbio praticado durante o trabalho de campo a “cota” de U\$300 custaria por volta de R\$900. O lucro máximo seria de R\$225, tendo ainda de serem excluídos os custos da viagem (transporte R\$170 + alimentação). Apresentam-se duas possibilidades razoáveis: os atravessadores conseguem um melhor preço nas mercadorias no Paraguai, provavelmente comprando em grandes quantidades que ficam estocadas em Foz do Iguaçu; os atravessadores conseguem multiplicar em muitas vezes a sua “cota” trocando a mercadorias temporariamente com os demais atravessadores, ou contornando a fiscalização da empresa e assumindo as possíveis perdas por terem suas mercadorias apreendidas em algum ponto da viagem.

A passagem de volta é quase o dobro do preço da passagem da ida. O ônibus também é melhor, mais novo e de dois andares. Esse modelo me parece ser mais suscetível a não chamar a atenção da polícia para si e para as mercadorias que carrega. Na aglomeração em frente ao escritório da empresa acontece um verdadeiro assédio para o aliciamento de “laranjas”. A viagem de volta acontece num ritmo ansioso de volta para casa e realização dos lucros. Se vê e se fala da tensão e do medo de perder as mercadorias durante o trajeto. Várias pessoas foram “laranjas” pela primeira vez, assim como eu. Realizamos a nossa função e chegamos a São Paulo com nossas “cotas”, onde já haviam outros a nossa espera. Alguns donos de mercadorias e carregadores. Um ponto final na minha trajetória no contrabando, mas sei que

para a maioria que conheci – membros regulares participantes desta complexa divisão do trabalho, representa umas poucas horas de descanso.

IV - Notas à deriva.

Decidi eleger dois pontos a percorrer segundo os preceitos da deriva: saí do Consulado do Paraguai em Foz do Iguaçu e fui caminhando até a sede da *Municipalidad de Ciudad del Este*. Foram 6 horas de caminhada. A deriva rumou sentido norte, cruzando o Centro de Foz do Iguaçu e o bairro Jardim Central, e a oeste no eixo da rodovia federal BR-277 até cruzar a fronteira com *Ciudad del Este*. Em *Ciudad del Este* segui rumo oeste cruzando a região dos comércios da borda da fronteira caminhando até o terminal de ônibus urbano e a sede da *Municipalidad*.

O Centro de Foz do Iguaçu concentra a oferta de serviços e do comércio para a população local, de lojas varejistas. O Centro também abriga as sedes administrativas da cidade, como a Prefeitura e as Secretarias. Foi edificado entre o extremo norte da cidade – Itaipu Bi-Nacional, e o extremo sul – Cataratas do Iguaçu e a fronteira com o município argentino *Puerto Iguazu*. A urbanização do Centro tem um aspecto “*clean*”, de calçamentos largos e muitas vitrines com luzes brancas e de *led’s*. As lojas varejistas têm um tamanho mínimo comparativamente menor do que o tamanho das lojas atacadistas na BR-277 e da região da fronteira. São mais luxuosas, ligadas a grandes marcas e são significativamente mais caras. Ainda assim, há vários ambulantes e barraqueiros ao longo do centro – em sua maioria migrantes brasileiros.

O Centro de Foz do Iguaçu é extremamente cosmopolita se considerarmos a quantidade de pessoas que habitam na região. Turistas internacionais, estudantes e trabalhadores migrantes coabitam o Centro.

Conforme caminhei à leste do Centro, as ruas se tornaram menos intensamente freqüentadas. Os loteamentos comerciais deram lugar à um bairro residencial de classe média, com alguns loteamentos vagos, poucos prédios de pequeno porte e sobretudo casas. O som da voz de um *almuadem* que emana do minarete branco indica a hora da reza na Mesquita, ligada ao Centro Cultural Beneficente Islâmico de Foz do Iguaçu (CCBI). Lá sou instruído ao Islã e recebo informações sobre o a migração muçulmana na cidade. São sobretudo de origem libanesa, seguidos por sírios, turcos e outras

nacionalidades. De acordo com a mesquita, cerca de 10% da população total da cidade é de origem muçulmana. São a maioria do bairro onde estou - o Jardim Central - e estão associados ao comércio de importação e na oferta de serviços alimentares no Centro.

Á norte do Jardim Central encontrei o eixo leste-oeste da BR-277, que liga *Ciudad del Este* a Curitiba e a Paranaguá. Por esta rodovia passa boa parte do contrabando que adentra ao Brasil. Percebe-se uma grande quantidade de galpões e pontos de logística para o armazenamento e transporte de mercadorias. O loteamento se torna mais amplo e de arquitetura extremamente utilitarista, imagino que de preços comparativamente mais baixos. Conforme me aproximei da fronteira o comércio mudou de proposta: centrou-se em toda uma sorte de atacadistas - peças automotivas, jogos eletrônicos, brinquedos, sons automotivos, ares condicionados, móveis, cama-mesa-e-banho, bijuterias, jóias semi-preciosas, roupas e roupas íntimas.

A oferta de serviços passa a ser não para o turista que busca as Cataratas, mas aos atravessadores: pousadas a baixo custo, estacionamento, guarda-volumes e alimentação a preços populares. Cresce em número também a presença de moto-taxistas, ávidos por transportar atravessadores para o Paraguai, prometendo vantagens em relação a fiscalização no atravessar da fronteira. Diretamente ou indiretamente, todos estes negócios parecem nutrir e serem nutridos pelo contrabando. Nota-se um maior número de paraguaios nesta região da cidade, vindo para vender produtos como ambulantes ou para comprar mercadorias que podem alcançar um melhor preço do outro lado, como a comida. Estes se concentram no quarteirão do Ceasa. Conforme caminho em direção a Ponte Internacional da Amizade, ao norte vejo a entrada do Jardim Jupira, que combina mata com urbanização irregular nas margens do Rio Paraná - referência municipal no tráfico de drogas e armas.

Assim como a Transmuleke foram vistas outras companhias de turismo trazendo atravessadores. Eles chegam e vão a todo o tempo, de múltiplas origens: municípios dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio grande do Sul. Hoje (sábado – 07/03/2015) tem muito mais pessoas do que estiveram aqui no mesmo horário de ontem: vans, motos e pessoas disputam vorazmente o espaço da ponte em direção aos negócios. A

baixa de 5 centavos de real no preço do dólar parece ter sido suficiente para inflamar a rota. Todos que estão ligados ao comércio ficam aguardando o câmbio favorável para amplificar seu lucro. Aparentemente, quando multiplicado por muitas unidades, a diferença de 5 centavos é grandeza considerável.

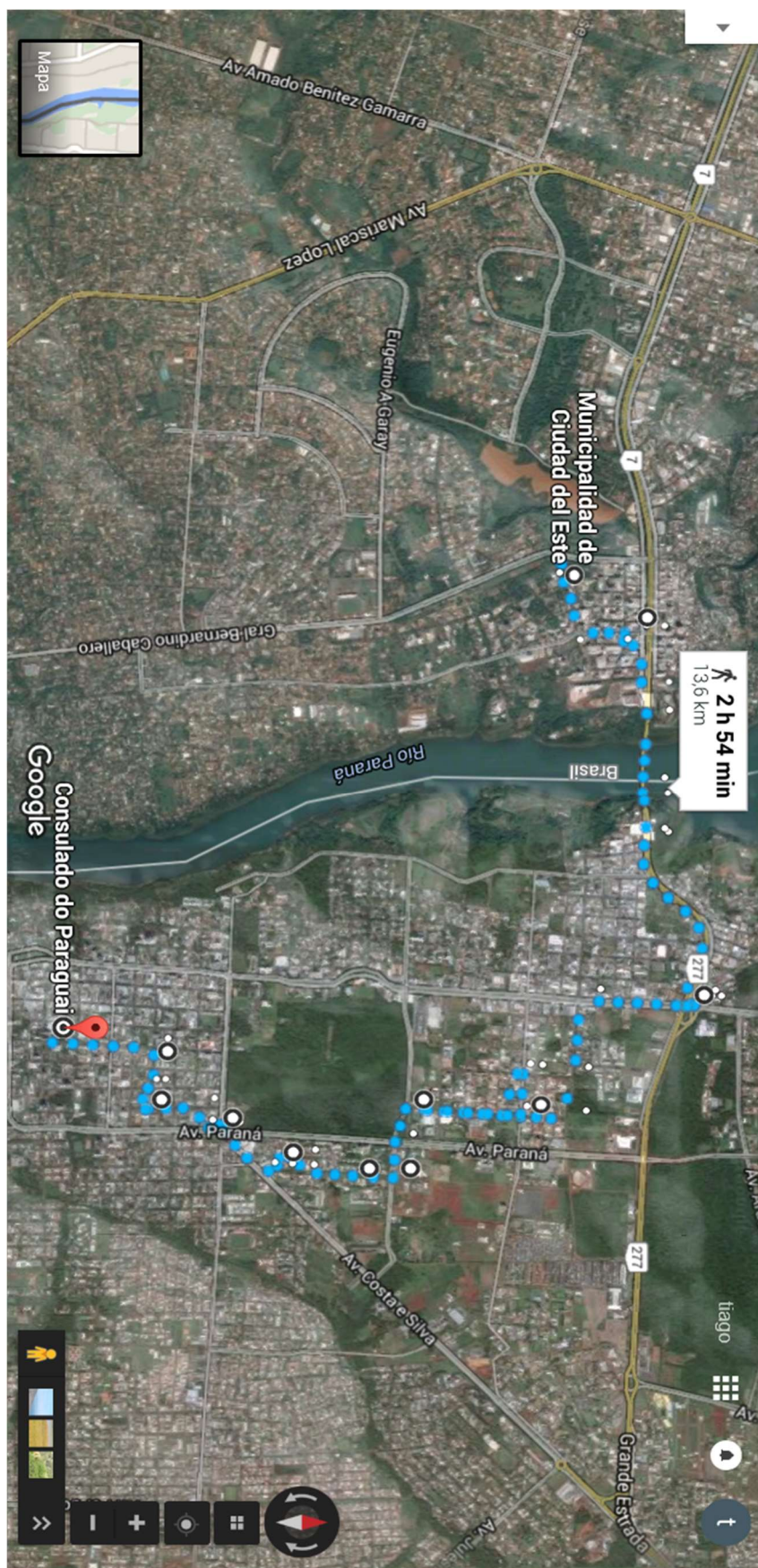
O impacto do preço do dinheiro no fluxo de pessoas é mais um indício de que o “turismo de compras”, feito por pessoas fora da organização de grandes importadoras (legais) e do contrabando é menos notado, mesmo que mais difundido pela publicidade que justifica ideologicamente o comércio da fronteira. O “turismo de compras” envolve menos pessoas (direta e indiretamente) e com certeza um menor montante de dinheiro. Procuro entrar em negociações comerciais e me trataram como se fosse um atacadista, lhes parece implícito a minha condição de comprador.

Da mesma maneira que vão pessoas de várias localidades do Brasil para Foz do Iguaçu, o mesmo acontece em *Ciudad del Este*. Os comerciantes, barraqueiros, ambulantes, transportadores, cambistas e golpistas que se acumulam ao redor da fronteira também são migrantes, oriundos de outras cidades do Paraguai. Encontraram o desemprego no seu lugar de origem e viram na fronteira uma oportunidade de conseguir sobreviver. Comer uma empanada e tomar um café já tempo e motivação suficiente para que lhe contem parte de suas histórias. Comparativamente me pareceu que do lado paraguaio há mais residentes da cidade ligados ao comércio - há muitas casas de câmbio e poucas pousadas. Não me pareceu que tivessem “sacoleiros” como do lado Brasileiro. A cidade é mais densamente ocupada e se escuta fortemente o guarani, o espanhol, o português e o árabe nas áreas de negócio. Um ambulante me disse que *Ciudad del Este* é a terceira maior zona franca de comércio do mundo. Se são cidades conurbadas, é deste lado que ficam boa parte das periferias. Conforme se afasta da fronteira em direção ao interior do município o preço do m² cai e revela uma cidade pobre. Vejo um *outdoor* publicitário do *Ministério del Interior – Dirección General de Migración de La Republica del Paraguay* que se lê: *Vos tambien podeis ser vitima de trata de personas y caer em la esclavitud*. Cresce a desconfiança de que a tríplice

fronteira é um ponto na rede mundial de tráfico de pessoas para o trabalho escravo.

Retorno pela fronteira com dois pacotes e ninguém me revista, tanto na aduana brasileira como paraguaia. Converso com um moto-taxista já no lado brasileiro e ele me conta que quando há um “aperto na fiscalização todos ligados as redes do contrabando ficam imediatamente sabendo e não passam na fronteira com suas mercadorias. Obviamente pela ação de um batedor ou policial associado. Mas nas próprias palavras do moto-taxista: - Hoje está fácil, não está agarrando nada.

IV.a - Mapa aproximado do trajeto derivado.



Mapa 1: Trajeto aproximado percorrido durante a Deriva. *Google Earth.*

V- História Oral Temática: A Casa do Migrante.

“A casa do Migrante nasceu com objetivo de atender os brasileiros que viviam no exterior e que precisavam de documentação para trabalhar, existe desde 2008. Os orientávamos para conseguir a regulação da imigração.

Posteriormente passamos a atender os migrantes dos outros países, sobretudo os paraguaios que precisavam da sua regularização para o trabalho. Há aqui, sobretudo migrantes do Paraguai e da Argentina – e agora há também um grupo de haitianos. Os migrantes das outras nacionalidades (fora Paraguai e Argentina) chegam aqui irregulares através da fronteira, vindos com seus “esquemas”. Chegam aqui (a Foz do Iguaçu) já com o endereço da Casa do Migrante. Encaminhamos para a Polícia Federal e eles os encaminham para onde haja um ponto de referência. Em geral vão para São Paulo, mas também para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Vêm para trabalhar e na maioria das vezes já têm alguém aqui por eles, um familiar. Querem voltar para trazer a família toda, mas primeiro tem de pagar a dívida que contraíram para chegar até aqui. Houve casos de bolivianos: como a fronteira de lá estava muito fiscalizada vinham até aqui para cruzá-la e rumar para São Paulo, para a confecção.

Os haitianos primeiramente são encaminhados para dar entrada no protocolo de refúgio. Posteriormente vão investigar para ver se o caso se enquadra como refugiados ou não, ver se não tem nenhum antecedente (criminal). Para ser refugiado não se pode ter nenhum antecedente. Os haitianos não estariam na categoria de refugiados, mas por aquele programa humanitário (Minustah) eles passaram a se enquadrar na categoria. Os que estão trabalhando aqui em Medianeira estão em melhores condições dos que vão para São Paulo. A empresa aqui tem pelo menos um dormitório. Mas nós não estamos conseguindo ajudar muito, pela barreira da língua. Nós da uma sensação de impotência. Nós não temos albergue e eles precisam de um lugar para ficar, as mulheres estão ficando na minha casa.

Agente sabe que existe o tráfico de pessoas, especialmente com crianças - mas não sabemos de números. É comum as famílias pobres do Paraguai arrumarem pessoas que “se oferecem para cuidar” dos seus filhos, aliciadores. Às vezes passam por aqui, mas dificilmente utilizam Foz como saída – o

aeroporto é bastante fiscalizado - eles têm suas rotas clandestinas e maneiras de driblar a fiscalização. É um comércio muito bem organizado, que agente não consegue acessar. Do lado do Paraguai é mais fácil conseguir o visto para uma criança. Se paga uma quantia “x” e se consegue o registro de nascimento. Com o registro você vai a uma entidade e já tira a documentação legal para viajar. Estas crianças não ficam aqui na região, se elas são vendidas para extração de órgãos, adoção forçada – ou sabe-se lá mais o que – elas vão para longe. São cada vez mais jovens. Sabemos que vão para a Indonésia e outros países da Ásia. O mais provável é que vão para a prostituição infantil. Não temos certeza, mas tudo indica que é isso. Não dá para medir o fluxo porque aqui na fronteira tudo é grande – nós não temos idéia do que é a fronteira.

Uma vez chegou aqui um senhor haitiano com uma menina de uns nove anos - a esposa dele já estava documentada em São Paulo – e ele ia para lá, já estava com as passagens compradas numa empresa clandestina. Mas ele estava irregular. Conseguimos dar entrada aos documentos de refugiado para ele na Polícia Federal. Havia com ele e com a menina uma pessoa que o acompanhava, o “aliciador”. A criança estava muito acostumada a essa pessoa estranha... Avisamos a Policia Federal para que eles não emitissem o documento. Eles estavam com muita pressa para ir a São Paulo, por conta da passagem que já haviam comprado. Conseguimos outra passagem para eles para quatro horas depois, em uma empresa regular. Estava claro para nós que quando chegasse a São Paulo o pai iria pegar as bagagens e “sumiriam” com a filha dele. O “aliciador” ficou ligando aqui na Casa do Migrante por mais de uma semana. Dissemos a ele que a Policia Federal provavelmente não autorizara a criança a viajar. Nós não sabemos se foram presos ou não, mas pararam de nos ligar.

Tem um comércio de crianças por aqui: as próprias indígenas paraguaias as vendem, pela sobrevivência. Vendem por pouco ou quase nada. Tem pessoas que chegam a fazer filhos para vender. Eu mesmo vi um casal oferecendo a filha aqui, eles deixaram a filha aqui com a “nova mãe” e a criança gritando: - *Mami, mami...*

Aqui em Foz do Iguaçu só ficam as pessoas que vão trabalhar, que conseguem a carteira de trabalho. Tem os paraguaios que atravessam a ponte, passam o

dia trabalhando e depois voltam para o Paraguai. Mas aqui não tem quase nada (de trabalho formal), tem a construção civil e os hotéis. Trabalham também como chacareiros e ambulantes. Se você ficar aqui até as 15:30 você vai ver algumas vans para recolher os ambulantes. E quando eu chego aqui pela manhã eles já estão estalados. Uma vez a Receita veio aqui, mas não voltou mais. Eles ficam aí vendendo as “coisinhas” deles, não tem nenhum problema com roubo ou violência. São todas famílias estabilizadas no Paraguai que vem de van porque é mais barato que o ônibus.

Nos atendemos em média 600 pessoas por mês. A maioria vem aqui para regularizar a situação trabalhista. Uns 20% vem atrás de serviços médicos, como a oncologia e a hemodiálise – o Paraguai não tem essas especialidades na região de fronteira, então eles vêm para cá. Existe um acordo no MERCOSUL.

Nós somos terceirizados do Ministério do Trabalho. E eu sou da Pastoral do Migrante também, Calabrinianos. A prefeitura cortou tudo, nem telefone fixo nós temos. Tinha uma recepcionista, mas agora não estamos conseguindo nem fazer fichas de atendimento. E as pessoas que vem aqui pedir ajuda, não vem só uma vez – em geral vem umas cinco ou seis vezes. Como muitos não sabem ler e escrever não entendem o desenrolar dos processos e temos que fazer todos os passos. Tem os atendimentos que são feitos pelo telefone, nos ligam do Paraguai, de Santa Catarina – e tem os atendimentos feitos pela internet e por mutirão. Quando a Prefeitura fechar tudo eu vou levar minha pasta (risos). Isso aqui só vai para frente porque agente luta muito. Eu cheguei a trabalhar aqui dois anos como voluntária, sem receber nada. A Congregação é que me ajudou. ”

VI – História de Vida: Nice*.

“Eu sou gaúcha, vim para Foz do Iguaçu com sete anos. Não foi exatamente em Foz do Iguaçu, vim morar no Paraguai. Meu pai veio trabalhar na usina Acaray, no Paraguai. Moramos no Paraguai durante um ano e estudávamos aqui (em Foz). Acordávamos muito de madrugada para chegarmos na escola aqui no horário, devido à distância. Nós morávamos lá na área 4 no Paraguai. Essa vida foi um ano só, depois meu pai... nós viemos pra Vila Paraguaia. Na Vila Paraguaia nós moramos em três casas no mesmo bairro, porque conforme alugava uma casa, pediam a casa, procurávamos outra. Na verdade, a primeira mudança foi porque a casa era muito ruim, chovia dentro, e aí minha mãe conseguiu uma casa melhor e a gente se mudou.

Da Vila Paraguaia nós fomos para o Jardim América. Lá no Jardim América eu estudei no colégio Maria Montessori, da primeira até a quarta série, se eu não me engano. Depois disso nós fomos morar na Vila Yolanda, aqui na frente da casa da minha avó. Daí meu pai já estava trabalhando na Usina de Itaipú. E aí fomos morar na Vila A, onde meu pai alugou uma casa, e eu fui estudar no Americano, um colégio que era só para os funcionários da Itaipú. Havia três bairros diferenciados: primeiro a Vila A que era pros encarregados; a Vila B que era pros engenheiros e administradores da usina; Vila C que era pros funcionários de nível subencarreg... é... ajudantes, serventes. Inclusive também tinha escolas diferenciadas. Uma coisa que eu achava muito chata é que existia, por exemplo, alunos da Vila B. Tipo assim, para você entrar na turma da Vila B você tinha que ter notas boas. Então para você entrar nas séries boas da escola havia essa diferença, era muito chato. Mas depois disso saímos da Vila A. Eu não tinha terminado o segundo grau, e como... era assim: seu pai saiu da empresa, a empresa não... eu parei na metade do ano, terceiro ano eu tive que sair da escola, fui estudar no Colégio São José. Não, não, não, colégio... me fugiu o nome. Mas é ali onde é a Vila Centro hoje. Era um colégio ali. Depois eu me lembro o nome. Aí eu terminei meu terceiro ano ali e arrumei um trabalho também, porque meu pai saiu da obra e já não tinha mais tantas condições. Eu comecei a trabalhar ali mesmo para terminar de estudar. Era um colégio pago.

Depois disso nós saímos da Vila A e fomos morar em Potuvera (?) que foi daí onde meu pai começou a trabalhar na Argentina com muamba que eles traziam de lá, da Argentina. Muamba na verdade não era muamba, meu pai trazia madeira. Madeira do... de exportação e importação. E não havia ainda a ponte Tancredo Neves, que é a que une Brasil-Argentina, que era para ser chamada Ponte da Fraternidade, mas devido à morte do Tancredo Neves na época colocaram o nome de Ponte Tancredo Neves. Daí nós viemos... aí ali eu conheci. Eu ia muito na muamba lá em cima, daí eu conhecia muito o movimento de pessoas, de entrada e saída de pessoas de outros países e era um fluxo muito grande de turistas também, já naquela época. A muito tempo atrás né? Daí depois disso, depois do Potuvera, nós fomos morar... Nossa, no Potuvera eu morei quase trinta anos!

Com dezessete anos eu arrumei um trabalho lá perto da ponte do Paraguai, numa importadora de cerveja. Na verdade, não foi uma época muito agradável. Logo depois eu consegui um trabalho na Itamon, que era uma prestadora de serviços da Itaipu, uma contratada.

E quando eu comecei a trabalhar com turismo... ah! Aí antes disso, quando eu tinha dezesseis anos mais ou menos eu era muito curiosa costumava... eu ouvia muita história de que havia muita muamba na cidade e tudo, daí eu queria ver de perto as coisas e então eu vi muita coisa que eu julgava errado acontecendo. Mas a gente não pode fazer nada, só tem que ver né? Mas realmente corria muita muamba nessa cidade. Na verdade, muitas pessoas que vieram de fora, como meu pai e “n” outras pessoas, quando saíram da Itaipú, alguns não acreditaram que a cidade permanecesse, porque a usina ia acabar (de ser construída) e a cidade ia morrer. No auge da usina havia 40 mil funcionários, era muita gente morando aqui, e eu não sei quantas dessas pessoas ficaram, mas ficaram bastante pessoas. Só que daí foram trabalhar no Paraguai, que era o que gerava dinheiro, um dinheiro melhor... porque emprego não tinha para todo aquele povo. Mas daí o turismo... na verdade os muambeiros que vinham comprar coisas de São Paulo, Rio, das grandes capitais, usavam essas pessoas para fazer o transporte de mercadorias, porque havia a tal da cota, que na época era cento e cinquenta dólares, depois que passou para trezentos dólares. Então muitas pessoas ficaram. Foram criadas agências e turismos, agências só de transporte, cooperativas.

Cootrafoz é uma cooperativa de transportes que foi criada bem nessa época também, pra levar esses muambeiros todos e trazer... havia um fluxo mais grande.

Daí já quando eu trabalhava na Secretaria de Turismo, trabalhei num posto de informações que era na entrada da cidade. Na época era cobrada uma taxa de turismo, não se você tem conhecimento disso. A Foztur, que era a mantenedora era uma SA. era 50% prefeitura, 50% privado. Então era cobrada uma taxa de turismo para entrar na cidade. Muito dinheiro rolou naquela época e o turismo nada de evoluir, né? Era sempre desvio desse dinheiro todo, na época não me lembro... era família Silva que... Dobrandino foi, se não me engano, doze anos prefeito. Depois foi o filho dele, depois voltou ele de novo... então o turismo não evoluía muito em forma de turismo, tinha o muambeirismo, que sempre existiu. Agora é que tá havendo mais um fluxo de turistas mesmo, que diminui o fluxo de muambeiros, mas que permanece.

E junto com esses turistas vinham os traficantes. Aquele que leva, por exemplo, o muambeiro legal, vai levar mercadorias lícitas, daí junto tem os ilícitos né? E é uma coisa muito... eu né, no caso quando... na época antes de trabalhar na secretaria de turismo eu via correr o tal do bolachão, que era um salário que eles falavam que... eu queria saber como funcionava a história do bolachão. Bolachão era um monte de dinheiro que era tipo, parecia uma bolacha, tipo um pão de mel assim né, que daí o pessoal entregava na mão dos caras e tava tudo combinado pra passar as coisas. E nessa época que eu tinha dezesseis, dezessete anos mais ou menos, voltando na história aí, era época do café né? Mas até hoje acontece isso, não sei se é com café, mas isso acontece com... é só querer ver, não sei se você viu né, também estive lá no movimento.

E depois disso, com relação ao turismo que eu tava falando pra você, a cidade deu uma crescida, mas permanece, como eu já te falei, o contrabando de mercadorias. Continua o contrabando de armas, a mídia fala isso tudo e infelizmente para a cidade isso não é bom, porque as pessoas que vem para Foz do Iguaçu a maioria não adquire amor pela cidade, eles vêm aqui só para ganhar dinheiro. E daí quando eles ganham dinheiro, eles vão embora. Mas só que muitas pessoas que vieram aqui, ganharam dinheiro, foram embora, perderam tudo o que tinham e voltaram para foz do Iguaçu. Muitas, tem muitas

histórias. Eu conheço várias famílias que voltaram praticamente venderam casa aqui para ir pra Santa Catarina, pra ir pra São Paulo, pro Rio, pra ir pra vários outros lugares, voltaram e estão recomeçando a vida novamente aqui e novamente estão reconquistando residência... porque na verdade esse dinheiro que vem fácil do Paraguai no caso, se a pessoa quiser ele ganha dinheiro, não é um dinheiro de acordo não, é um dinheiro legal, mas as pessoas conquistam né? Infelizmente é dinheiro que manda para algumas pessoas.

Mas trabalho também tem na cidade. Só que assim, como algumas pessoas na época da Itaipú se acostumaram a ganhar mais, porque Itaipú pagava muito bem, então eles se acostumaram a ganhar, querer ter mais dinheiro e não só viver de uma forma simples de vida.

Então por isso que eles ficam fazendo esse tipo de coisa né? Tentando ganhar dinheiro fácil, mas que de certa forma prejudica a família, porque existem várias famílias também da Cidade Nova, da Vila que agora... que é antiga Vila C... várias famílias que as crianças não querem ir pra escola, eles querem ir ser formigas, que na época do auge pra cruzar as coisas do Paraguai havia os formiguinhas né? Que daí era o pai, a mãe, o filho, sobrinho, a família inteira, porque eles pagavam sei lá, cinquenta, cada caixa que o pessoal trazia. Então imagina, se você conseguisse passar umas quatro vezes no dia, dá um salário legal pra uma família. Então as crianças acabavam às vezes não indo pra escola. Ou aqueles que iam não produziam muito, porque iam cansados, então...

E eu no caso, a minha história, quando eu me envolvi com isso é porque eu tinha muitos... eu não me envolvi diretamente, eu sei disso porque quando eu morei no Potuvera, por exemplo, tinha muitas famílias lá, muitas. Meu pai mesmo, tá hoje com 77 anos, é um muambeiro. Na verdade, é um laranja hoje, que ele passa mercadorias, ele incrementa o salário dele, a aposentadoria dele, fazendo essas coisas. Porque é um dinheiro fácil como eu disse né, e não há a responsabilidade. Se a polícia pegar perde, então ele não perde nada. Ele vai lá, pega o que é pra trazer, se ele conseguir chegar do outro lado ele ganha o dinheiro dele. Se ele não chegar a pessoa que deu pra ele é que perde, então é dinheiro fácil né?

Eu permaneço no turismo até hoje. Eu comecei a trabalhar no turismo... quando eu saí da Itamon, com... eu tive minha filha lá, agora ela tá com vinte e

seis anos, eu saí da Itamon com... eu entrei no turismo há vinte e cinco anos mais ou menos. Porque eu tinha uma amiga que trabalhava no Hotel das Cataratas, que como eu achava que a cidade... eu acreditava em Foz do Iguaçu e tudo o mais, eu procurei estudar idiomas que era uma coisa que eu gostava. Sempre gostei de viajar. Eu peguei e comecei a estudar inglês e daí eu saí da Itaipu, da Itamon, que era uma empreiteira da Itaipu e fui para o Hotel das Cataratas. O Hotel das Cataratas eu fiquei um ano e fui trabalhar alguns meses numa empresa que chama H Stern, que vende joias dentro do aeroporto, depois disso eu trabalhei um mês... não, três meses no Macuco Safari, que é uma agência de turismo que presta atendimento dentro do Parque Nacional, que faz aquele passeio de barco.

Daí eu fiz concurso e fui trabalhar na fiscalização. Eu fiscalizava as kombis que faziam o trânsito do Paraguai pra cá. Então eu era... era também ali um serviço muito chato porque quem tinha dinheiro o carro podia estar um bagaço mas tinha as amizades dentro da prefeitura, a gente tinha que ficar liberando carro. Daí eu criei alguns atritos também, porque eu não gostava da ideia de ter que liberar o carro e daí um coitado lá que só tinha uma Kombi, não conhecia ninguém, nunca davam autorização pra ele, pra ele trabalhar, porque tinha que ter... não podia ter pneu careca, tinha que pagar a taxa lá de autorização de serviços, então era uma situação bem chata. Aí depois disso, eu saí, eu saí da prefeitura mas aí fiz o concurso pra trabalhar na Foztur. Daí voltei a trabalhar na Foztur. Trabalhei quase dez anos e aí a Foztur acabou. Fiquei como contratada durante seis meses prestando serviço para prefeitura até se criar a Secretaria de Turismo. Aí foi feito um outro concurso, eu passei e nesse eu já estou há doze anos trabalhando com turismo.

O turismo já está bastante forte na cidade, apesar que eu já disse, que permanece o turista que vem só para comprar, mas nem se compara (com antigamente). Hoje o turista estrangeiro vem num fluxo muito grande, Foz do Iguaçu tem etnias aqui, eles vêm para passear e acabam morando. A cidade é bastante receptiva, a cidade tem um mercado, como eu disse, de trabalho fácil. Quem quer trabalhar honestamente tem, não paga muito, mas tem. O custo de vida em Foz do Iguaçu não é tão alto... na parte de aluguel, alimentação é um pouco cara devido aos dois países que vem comprar em Foz do Iguaçu, no caso Argentina e Paraguai acabavam vindo, os turistas também encarecem a

cidade ne? Mas a parte de aluguel assim, entretenimento, não acho caro, acho até razoável.

Eu conheci o pai da Clara quando eu estava trabalhando na Itamon com vinte.... vinte e um anos. Nos éramos amigos, daí eu acabei tendo um relacionamento com ele e tive a Clara com vinte e dois anos. Ele era gaúcho também, tinha vindo de... veio trabalhar na usina na parte de negócio de computação da usina. Eu sei que ele era estagiário na época que ele veio trabalhar aqui, mas era também por causa da obra. Veio só ele, não veio a família dele, e inclusive hoje sim, hoje a mãe dele mora aqui, mas o pai dele já é falecido. E o pai da minha segunda filha também conheci na usina e ele hoje não mora mais em Foz, ele mora em Santa Catarina, mas eu vivi catorze anos praticamente com ele.

Hoje estou com o Sandro, há doze anos. Ele é nascido aqui. Nascido, viveu a vida toda dele aqui, agora faz um ano e pouco que ele mora em Londrina. Mas ele nasceu aqui, estudou aqui, cresceu aqui... E engraçado, família dele nunca se envolveu com coisas do Paraguai, nada. A vida deles era bem, assim, restrita ao bairro, às coisas que aconteciam aqui. E não era assim tão longe do Potuvera, que era o antro dos muambeiros. Eles moravam perto e nunca, apesar de ser um número grande crianças né? Eles são cinco, a mãe deles nunca se envolveu com o Paraguai, com as muambas, que era... podiam talvez ter tido melhor condição de vida, né? Porque ela era sozinha com todas essas crianças, mas ela nunca se envolveu com isso. Não sei na verdade o que ela fazia, hoje ela é falecida também.

Para minha vida, a fronteira é praticamente a minha vida. Eu vim pra cá com sete anos, tô com quarenta e nove e vivi minha vida toda aqui. Eu gosto da ideia de morar numa fronteira. Eu acho que o paraguaio é um povo muito receptivo, eles são simpáticos, eles são muito educados, o paraguaio que mora dentro do Paraguai. Agora o paraguaio que mora... que tá ali na muvuca, aí eles já são mais assim, talvez pela forma como eles estão ali, é um fluxo muito grande de pessoas, eles querem vender, eles querem vender os produtos deles. Aquele paraguaio ali não é tão simpático quanto o paraguaio mais do interior do país. É o contrário da Argentina. Os argentinos eles são mais assim, mais arrogantes. E pra mim viver numa fronteira é bem legal porque quando eu viajo, assim, comento “ai, moro em Foz do Iguaçu”, “ai que legal, como que é, é

fácil?”, nossa, em meia hora você vai de um país a outro, você cruza de carro, de ônibus vai em torno de uma hora e meia, no máximo, você consegue cruzar de um país pro outro, é interessante. Então quando eu viajava e o fato de você aprender a falar um idioma, o espanhol no caso, você chegava às vezes nos meus primos, em algum outro lugar, e falava um pouco em espanhol. Te dá um diferencial de você viver numa cidade tão perto de dois países né?

Pra Foz do Iguaçu eu acho que o Paraguai é tão responsável para o turismo quanto a usina de Itaipú e as Cataratas. Porque eu acho assim, Cataratas hoje é considerada uma das sete maravilhas da natureza né? Foi eleita o ano passado, realmente é uma maravilha; a usina é considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno, em termo de construções assim, e isso é bom pra cidade e tudo. Mas o Paraguai, talvez até mais (importante para o turismo) do que a Argentina. A Argentina tá começando agora, o centro de Puerto Iguaçu hoje é mais visitado, mas antigamente só se falava de Cataratas, não se falava de Puerto Iguaçu. Hoje sim, foi montado ali um centro, a cidade é bem atípica, uma cidadezinha diferente de Foz do Iguaçu, pequenininha, então a comida deles é boa, a desvalorização do peso atrai bastante os brasileiros. O Paraguai, na verdade eu gosto.

Eu gosto do Paraguai, eu só acho que o Paraguai poderia ser melhorado pra gente poder visitar, ter mais opções. Devido ao fluxo de tanta gente, algumas pessoas têm receio de ir. Mas hoje já não é tão perigoso ir ao Paraguai como já foi em outros tempos. Então eu acho que pra Foz do Iguaçu, o Paraguai é tão importante quanto a usina de Itaipú e as cataratas, porque ainda há alguns hotéis da cidade que funcionam em função do Paraguai, ainda há pessoas que trabalham no Paraguai. Se não houvesse o Paraguai, essas pessoas estariam todas desempregadas. Tanto que acontece, quando há algum... as pessoas que trabalham no Paraguai, que são bastante, ficam desesperadas, como que elas vão conseguir um trabalho que elas vão receber o que elas ganham no Paraguai? Algumas pessoas ganham muito mais do que elas ganhariam aqui no Brasil. Sem estudo, sem nada, só com a vontade de trabalhar. Então para Foz do Iguaçu é muito importante a existência do Paraguai.”

VII - O Dia contra o Contrabando: Métodos quantitativos e discurso oficial.

O Estado expôs - através do “Dia Nacional do Combate ao Contrabando” (03/03) organizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico Social de Fronteiras (IDESF) e do Fórum “O Contrabando no Brasil” organizado pela Folha de São Paulo (18/03 e 19/03) – seu ideário a respeito do contrabando, dos descaminhos, das fronteiras e da aduana. Chamou a mesa e aos holofotes seus principais formuladores, representantes e interlocutores: senadores, deputados, ministros, secretários, prefeitos, superintendentes e delegados de órgãos de fiscalização e repressão (Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar), ex-embaixadores, jornalistas, acadêmicos, especialistas em Direito Tributário e Internacional, institutos de defesa dos interesses empresariais e executivos de setores industriais supostamente afetados.

O contrabando foi caracterizado como atividade ilícita e imoral, intimamente ligado à violência urbana, ao desemprego e ao prejuízo de arrecadação do Estado. As causas apontadas para a existência do contrabando e descaminho foram: a política de definição do preço do dinheiro (câmbio); as tarifas alfandegárias; a ineficiência da fiscalização; a corrupção; as leis criminais (consideradas brandas); as relações políticas internacionais (dando ênfase aos acordos que garantem o uso de portos brasileiros por outros países, especificamente o Paraguai).

Por trás do clima de denúncia, de vociferação pela ética concorrencial e pelo apelo ao cumprimento da lei, emergiu uma campanha aberta pelo liberalismo econômico e diminuição (ou até cancelamento) das tarifas alfandegárias. Sugere-se que a existência de tais foros – e do seu conteúdo em debate – indique um processo de disputa dentro do próprio Estado entre setores da economia com interesses divergentes. O atual governo foi duramente atacado em decorrência da sua política de relações internacionais - consideradas “amigável” e “branda” dentro do MERCOSUL - e pela sua alta carga tributária de alíquotas de importação - o que tornaria o contrabando rentável.

Estes setores insatisfeitos se organizaram através de institutos (como o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e o Instituto de Desenvolvimento

Econômico e Social da Fronteira) da Associação Brasileira de Combate a Corrupção, Associação Brasileira de Combate à Falsificação e do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, tendo amplo apoio e cobertura jornalística difusora por parte do conglomerado midiático.

VII.a - Caracterização: qual o tamanho e importância do mercado “subterrâneo”?

A estimativa divulgada pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade é de que a economia “subterrânea” gira R\$782 bilhões por ano no Brasil. O contrabando e o descaminho gerariam anualmente, de acordo com os dados fornecidos pela Folha de São Paulo, R\$ 65 bilhões em prejuízos à indústria nacional e R\$ 100 bilhões mercado formal. Para medida de comparação, o Produto Bruto do Brasil em 2014 foi de R\$5,52 trilhões, de acordo com o IBGE – cerca de sete vezes maior do que a economia “subterrânea”. Assim, o contrabando seria responsável por uma parte de oito da economia total - soma nada desprezível.

Não é exagero dizer que as cidades de fronteira sobrevivam do e para o contrabando. De acordo com os dados do próprio IDESF, somente 29% da população econômica ativa (PEA) tem emprego formal em Foz do Iguaçu. Há 15 mil pessoas envolvidas diretamente no contrabando - 40 mil se considerarmos também as cidades vizinhas - com média salarial de R\$ 985,00. Considerando que boa parte dos negócios formais em Foz do Iguaçu dependa do contrabando – apesar de não o praticar diretamente, no limite, se da noite para o dia o contrabando deixasse de existir, as cidades da região fronteira entrariam em colapso.

VII.b - O que é contrabandeado?

De acordo com os dados fornecidos pelo IDESF, a proporção entre as mercadorias contrabandeadas Paraguai-Brasil, representada visualmente no gráfico abaixo:

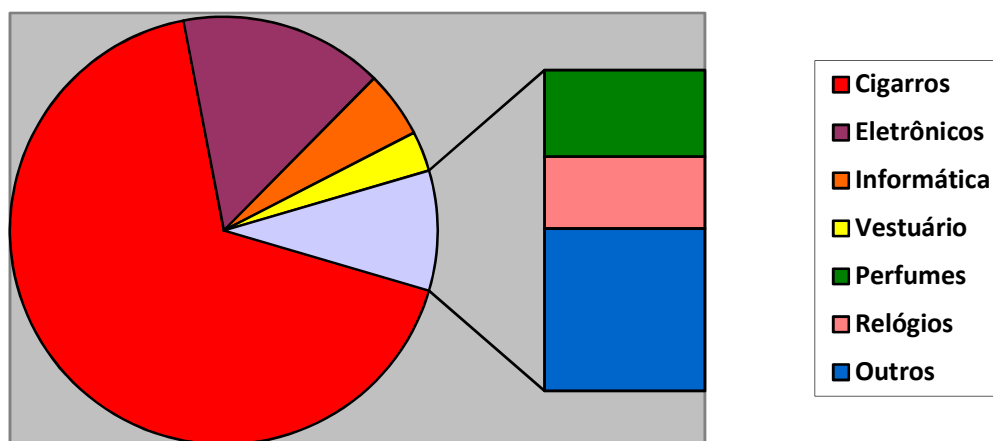


Gráfico 1: Representação visual da porcentagem de contrabando entre que entra no país pelas fronteiras com o Paraguai. Fonte: IDESF/EGOPE

Na categoria outros figuram brinquedos, óculos e medicamentos. O gráfico não representa mercadorias ilícitas, como armas de fogo e drogas. Houve, ao longo da pesquisa, informações sobre tráfico de pessoas, não abordado pelo IDESF.

VII.c - Quais os custos do contrabando?

A análise do IDESF apresentou um cálculo do custo e da rentabilidade do contrabando em diferentes mercadorias. O custo do contrabando varia entre 19% e 25% do preço final das mercadorias analisadas. O custo dos diversos trabalhos empregados (excetuando a corrupção) somados aos transportes, combustível, pedágios e alugueis (logística) é somente de 3,24%, o da corrupção é de 9% e das perdas 10% - utilizando os dados da mais contrabandeada mercadoria, o cigarro.

VII.d - Como é contrabandeado?

A velocidade com que alguns atravessadores retornaram de *Ciudad del Este* indica que eles não só não exercem a liberdade de escolher as próprias mercadorias – que foram já previamente encomendadas pelas lojas do Centro de São Paulo – mas, quando chegam em Foz do Iguaçu suas “cotas” já estão montadas. Muitos chegam a nem ir ao Paraguai, permanecendo entorno do escritório da agência de turismo.

A função dos “laranjas” é tão somente de minimizar o risco de transitar com as mercadorias de Foz do Iguaçu para São Paulo. Cada pessoa vale exatamente U\$ 300 adicionando a sua própria capacidade de ampliá-lo, assumindo o risco de perder todas as mercadorias e ter problemas policiais e jurídicos que lhe consumam mais dinheiro. Os lugares que frequentam também já estão previamente estipulados, pela conformação do negócio. A empresa em que deve fazer o transporte também. A figura romântica do atravessador se desmistifica: já não é “homem que se faz a si mesmo”, controlando todas as etapas de um comércio visto socialmente como “moral”, ainda que ilícito. São engrenagens de uma máquina que retém a si os ganhos, socializando migalhas e o risco de perdê-las. Estima-se que os grandes ganhos ficam restritos nas mãos de menos de 2% dos envolvidos.

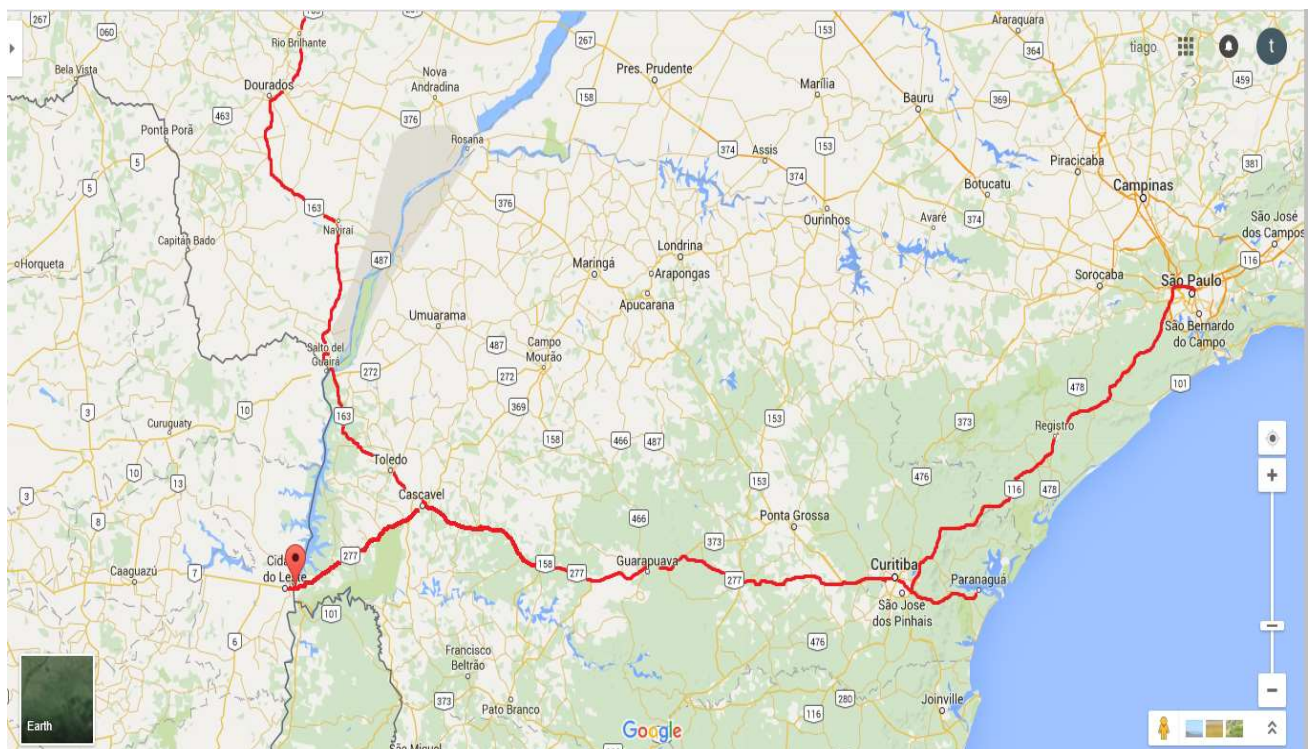
Assim, não podem ser os sacoleiros os principais agentes de contrabando dos 20 bilhões de mercadorias que passam anualmente por Foz do Iguaçu. Ao contrário, o montante significativo é feito por um grupo extremamente organizado, que age segundo as regras de acumulação capitalista gerais: os mesmos cálculos, os mesmos métodos. A corrupção, as perdas e o risco são variáveis já previamente calculadas na equação da acumulação.

Há inúmeras possibilidades da realização do contrabando, diversas etapas a serem cumpridas e vários agentes envolvidos. Neste sentido, o contrabando impõe a sua própria divisão do trabalho: as “formigas” atravessam a Ponte da Amizade diversas vezes ao dia com mercadorias dentro da cota legal de U\$300 – há também registros de sistemas de roldanas que utilizavam a estrutura da ponte para atravessar as mercadorias durante a noite; as “capivaras” embalam, carregam, atiram e recolhem as mercadorias na margem oposta do rio; os barqueiros atuam em portos clandestinos ao longo do Rio Paraná e do lago represado de Itaipú; os “sacoleiros” e “laranjas” levam as mercadorias para os centros de comercialização apoiados nas companhias de turismo; os olheiros e batedores zelam pelas cargas mais valiosas, acompanhando a atividade policial; motoristas, apoiados pelos pontos de logística e transportadoras; contadores, para a emissão de notas fiscais e “lavagem” do dinheiro; entes públicos de diversos setores do Estado, beneficiados pelo contrabando; investidores.

Apesar da multiplicidade de métodos, estima-se que a parte mais significativa do contrabando se transpasse por comércio legal. Os contêineres fechados que chegam ao Paraguai diretamente dos portos de Santos e Paranaguá - como importações paraguaias - são reintroduzidos no Brasil na forma de contrabando. O caso do contrabando de cigarros é bastante elucidativo: o tabaco beneficiado nas indústrias paraguaias é plantado no Rio Grande do Sul e Santa Catarina – adentra ilegalmente no Paraguai para cumprir esta etapa da produção e retorna ao Brasil na forma de contrabando, não pagando as alíquotas impostas pela tarifação brasileira, comparativamente mais alta.

As principais rotas do contrabando incluem as rodovias BR - 277 (latitudinal - liga o Porto de Paranaguá e Curitiba à Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*) e BR – 163 (longitudinal – cruza os estados RS, SC, PR, MS, MT e PA). Há também rotas alternativas por *Salto del Guairá*, Ponta Porã e Corumbá. Entre o Brasil e o Paraguai existe uma estrada popularmente denominada “Linha Internacional” que circunda quase toda a fronteira seca entre os dois países - sendo uma rodovia não-prevista oficialmente e de fácil acesso. Por estas rotas as mercadorias chegam aos principais centros de consumo do país onde são redistribuídas para as lojas varejistas e centros comerciais.

VII.d.a – Mapa das principais rotas de contrabando.



VIII - Reflexões sobre a ilegalidade, a competição e o Estado.

Em uma faixa na Ponte da Amizade se leu “Servidores Federais unidos contra a falta de investimentos e descaso na região da fronteira”. Que descaso é este? Um descaso cínico e controlado. O Estado parece regular e regulamentar o contrabando. As redes do contrabando só funcionam com o envolvimento de vários agentes do alto comando do Estado. Incluem representantes do legislativo, do judiciário e das muitas instituições policiais (rodoviária, civil, federal, militar), capaz até de ser previsto enquanto custo de corrupção e custo do risco – lógica comum aos demais investimentos econômicos. O próprio atual presidente do Paraguai, Horácio Cartes, eleito depois do mandato tampão de Federico Franco em decorrência do golpe de estado ao ex-presidente eleito Fernando Lugo, é dono de um conglomerado de empresas, sendo acusado de fomentar e lucrar com o contrabando, com o tráfico de drogas e com a lavagem de dinheiro.

O urbanismo e uso legal do solo não coíbem o contrabando, como bem definiu o próprio gestor de urbanismo e zoneamento de Foz do Iguaçu. Ao contrário, tem sua logística prevista e facilitada pelo projeto de zoneamento urbano das cidades.

Em Foz do Iguaçu a Zona de Comércio e Serviços abriga os armazéns, as transportadoras e as distribuidoras de alto porte - necessários à logística do contrabando - que se estendendo ao longo da rodovia 277. A Zona de Comércio e Exportação regulamenta o “turismo de compras” - os hotéis e pousadas de baixo custo, os guarda-volumes, os estacionamento, os restaurantes, as companhias de “turismo” e os pontos de moto-taxi. Nesta zona inclui-se o Jardim Jupira, um dos principais pontos de travessia do Rio Paraná e distribuição de contrabando (sobretudo de armas e drogas). Houve, ainda segundo o gestor, um esforço político para mudar o zoneamento do Jardim Jupira, alçando-o a categoria de área residencial – medida que propunha uma nova integração do bairro com a cidade - mas esbarrou nas necessidades do mercado ilegal.

Projetos celebrados pela mídia, como o Projeto Beira Foz, desenvolvido pela Itaipú Bi-nacional em parceria com diversas estâncias do Estado e com a iniciativa privada parecem esbarrar nestas mesmas necessidades. A urbanização (remoção) das áreas onde estão presentes as comunidades do Monjolo, do Mboicy (ambas em Zona de Preservação Permanente) e do Jardim Jupira para a construção de complexo turístico não saiu do projeto. Se eventualmente tomarem a decisão pela remoção destas comunidades, novas rotas de contrabando deverão ser exploradas – provavelmente substituindo o trabalho humano para a travessia da fronteira com incremento de novas tecnologias e logística.

A ilegalidade do comércio não pode ser vista como uma exterioridade, uma deformação do processo total. Não é. O capital precisou que se edificassem duas cidades que juntas somam mais de 650 mil pessoas em torno de uma ponte que liga uma Zona Franca de Comércio – livre de impostos – a um mercado gigantesco como o do Brasil. Criou um espaço “singular” de fronteira para superá-la conforme suas necessidades.

O próprio capital não diferencia as atividades “subterrâneas” das atividades legais. Move-se pela competição e pela necessidade de sua reprodução ampliada, não interessa os setores a serem investidos – ou sua legalidade e ética. Se uma atividade não está apresentando a rentabilidade exigida, migram-se os capitais para outra. A própria pesquisa feita pelo IDESF poderia ser aplicada a qualquer atividade financeira, com o acréscimo do risco como uma variável numérica na conta da rentabilidade do capital. Diferenciar a economia informal é negar que o contrabando é ilegal no Estado, mas legal segundo as regras da própria acumulação capitalista.

Considerações finais: sujeito, abstração e emancipação.

Com a derrocada do socialismo real no fim do século XX, os ideólogos do capitalismo proclamam o “fim da história” (por Francis Fukuyama, em 1989), convictos de seu triunfo final. Paralelamente, um grande debate ocorreu em torno de novas perspectivas da teoria marxista: a teoria (que se propôs) crítica falhou? Devemos abandonar os fundamentos do pensamento de Marx? O movimento dos trabalhadores organizados carrega consigo a potencialidade de ação revolucionária que extinguirá o capitalismo? A redução do trabalho fabril acarreta na perda de referência e de relevância do ser social que trabalha? Há, por fim, algo comum e inerente a todos os seres, uma natureza humana (ontologia), pela qual se poderia apelar para constituir um devir revolucionário? Qual é o papel e a pertinência dos sujeitos (revolucionários) para a superação do Capital?

Após o triunfo ideológico do Capitalismo, parte do pensamento científico se debruçou sobre as novas formas de organização produtiva pós-1970, conferindo a estas, a centralidade da capacidade explicativa do mundo tal qual vivemos. Segundo esta lógica, a sociedade já não seria propriamente capitalista e já não seria decisiva a dimensão abstrata do trabalho. Estaríamos vivendo numa sociedade pós-industrial e pós-capitalista, uma sociedade de serviços globalizada, onde a produção de mercadorias seria apenas um resquício dos tempos já superados. A ênfase e centralidade da explicação se desloca para as técnicas e tecnologias, e torna-se explícito o distanciamento, ou, na maioria dos casos, o abandono, dos fundamentos da teoria de Marx.

Uma segunda reação se deu na tentativa de compreender as novas formas de organização produtiva segundo a teoria marxista, elaborando a defesa da reapropriação do trabalho concreto e útil, entendido como permanente intercâmbio entre homem e natureza, recusando assim, (apenas) sua dimensão abstrata. Participam desta corrente de pensamento, entre outros, Ricardo Antunes: “A recusa radical do trabalho abstrato não deve levar a recusa da possibilidade de conceber o trabalho concreto como dimensão primária, originária, ponto de partida para a realização das necessidades

humanas e sociais”. (ANTUNES, 2008) A defesa política do retorno ao trabalho concreto foi feita em grande parte a partir da apropriação da obra de Lukacs: “a gênese do ser social, sua separação frente a sua própria base originária e também seu vir-a-ser, estão fundadas no trabalho, isto é, na contínua realização de posição teleológica” (LUKACS, 1978)

Houve ainda, uma terceira reação em direção à recuperação da centralidade do fetichismo da mercadoria enquanto categoria central da explicação da constituição da modernidade, construindo uma crítica radical da forma valor e do movimento dos trabalhadores organizados, que, segundo tal pensamento, positivaria as categorias modernas, repondo-as. Dentre outros, este é o sentido da obra de Robert Kurz.

Atendo-me as duas correntes de pensamento que buscaram dialogar com a teoria marxista, o campo decisivo para este debate, teve de ser, obviamente, o retorno à obra de Marx.

Segundo Kurz, há, dentro do pensamento teórico de Marx, uma grande cisão. Esta cisão seria suficiente para se pensar em um “duplo Marx”, dois teóricos diferentes que coabitam a mesma cabeça. Assim, para se compreender a obra de Marx, o ponto de partida seria a aceitação de que há passagens contraditórias, que permitem interpretações diversas.

De um lado há o Marx dissidente e descendente do liberalismo, político socialista e mentor do movimento operário, que lutava por direitos e cidadania, por um salário e uma jornada de trabalho justa. Esse Marx da “luta de classes” parece adotar uma perspectiva ontológica do trabalho - e um correspondente *ethos* inerente - reivindicando a mais-valia não paga aos trabalhadores durante o processo de produção e lutando pela substituição da propriedade privada dos meios de produção por uma propriedade estatal dos meios de produção. Há presença ainda, segundo Kurz, de traços da filosofia iluminista segundo a qual a sociedade e o seu desenvolvimento podem se reduzir à atos de vontade consciente dos sujeitos.

Em consequência disso, o objetivo é alçar o proletariado a classe dominante, tomar o Estado da burguesia e proclamar trabalho compulsivo (obrigatório a todos!). "O conceito de capital aqui, subitamente, já não indica uma relação

social, mas um aglomerado de riqueza material, que uma classe pode tirar da outra, e cuja forma social não merece mais consideração. Dinheiro e Estado aparecem, assim, como objetos neutros, pelos quais se luta e, de certa forma, como despojos que cabem a uma ou a outra classe; de modo que o proletariado legitima-se moralmente nesta luta, como portador do trabalho, contra os parasitários rendimentos sem trabalho dos capitalistas”. (KURZ, 1998)

De outro lado, há o Marx esotérico e negativo, crítico radical do trabalho abstrato e de seu *ethos* imanente. “O problema aqui já não é a “mais-valia não paga” ou o poder jurídico de disposição da propriedade privada, mas a própria forma social do valor, que é comum às classes em luta e a primeira causa do antagonismo de seus interesses. Tal forma é “fetichista”, porque constitui uma estrutura sem sujeito, na qual eles são conjuntamente submetidos ao incessante processo cibernético de uma transformação de energia humana abstrata em dinheiro. (...) O capital, aqui, já não é uma coisa, que seria possível arrancar à classe dominante, mas a relação social do dinheiro totalizado, que, como capital, se reacoplou a si mesmo e, assim, tornou-se independente num movimento fantasmático, funcionando como sujeito automático.” (KURZ, 1998)

A luta de classes e o movimento da afirmação do operariado, segundo esta segunda perspectiva, se apresenta como motor do próprio desenvolvimento capitalista, repondo suas categorias (Estado, Mercado, Trabalho, Valor, Direito) ao invés de negá-las.

“A interpretação errônea da crise, isto é, a incapacidade de reconhecer sua verdadeira extensão global e de decifrar sua lógica interna, deve-se, evidentemente, ao fato de que todos os modelos de interpretação ainda apresentam a eles mesmos a forma-mercadoria. Particularmente a esquerda, de todos os seus matizes, mostra-se completamente incapaz de dar uma resposta à crise. Para isso não possui nem sinal de um programa, porque seu pensamento está firmemente vinculado as categorias do marxismo do movimento operário, permanecendo, portanto, obcecado pela forma-mercadoria. (...) Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada

ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do “trabalho”, da “classe trabalhadora”, ou da “luta das classes trabalhadoras”. Nessa crise, e em virtude dela, revela-se todo o marxismo da história como parte integrante do mundo burguês, da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise”. (KURZ, 1992)

Segundo Ricardo Antunes, no decorrer do esforço de crítica à ontologia do trabalho, Kurz suprimiu a dimensão da subjetividade, considerada por Antunes como decisiva para a compreensão da obra de Marx. Assim, os seres e personagens do capital e do trabalho seriam meros epifenômenos dados por um objetivismo férreo. Nesse sentido, o objeto, a realidade e a sensibilidade só seriam aprendidos sob a forma de objeto, mas não subjetivamente, como atividade humana sensível e *práxis* social.

O resgate, na obra de Marx, da dimensão concreta do trabalho enquanto fonte criadora de valores de uso socialmente necessários é imprescindível na construção da argumentação de Antunes, que, por sua vez, acusa Kurz de negá-la. Por se concentrar sobretudo na metafísica do processo, Kurz teria um entendimento do fetichismo como onipresente, insolúvel e irremovível, implicando na impossibilidade da existência ativa e a resistência efetiva em relação às determinações do capital. O questionamento de Antunes é coerente: uma vez que se compreenda o fetiche desta forma, não seria igualmente a própria obra de Kurz fetichista? Se não há possibilidade de escaparmos das determinações do capital, qual o sentido de criticá-lo?

“A crítica de Kurz de que o movimento operário, neste século, esteve em grande medida atado a luta no universo da sociedade de mercadorias é rica em boa medida verdadeira. Basta pensar nas enormes limitações da chamada esquerda tradicional. Mas não deveria permitir a Kurz chegar onde chegou: na ausência absoluta de sujeitos. Para Marx sempre foi muito claro que o proletariado está obrigado a abolir-se a si mesmo. Mas somente poderá vir a fazê-lo se sua autoconsciência incorporar como momento decisivo a auto abolição de si mesmo como classe, o momento gênero para si. ” (ANTUNES, 2008)

Segundo Antunes, o caráter trágico e catastrófico que permeia a obra de Kurz desconsidera qualquer tipo de saída emancipadora impulsionada pela reação contra o trabalho, assim como desconsidera a possibilidade de uma ação conservadora da modernidade que minimize a crise e, desse modo, prolongue a sociabilidade regida pelo capital.

Se o fetiche da mercadoria explicaria o aprisionamento humano através da abstrata consciência capitalista, seria uma categoria que pouco acrescentaria para a elaboração de ações sociais no sentido de libertação. Dessa forma, Antunes defende que as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda poderiam encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho, compreendendo assim, a classe trabalhadora enquanto um sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador.

A questão é mais complexa do que aparenta. Positivar os sujeitos pode significar, pensando pela ótica do fetichismo, a personificação das forças sociais, encobrendo uma forma de consciência social que escapa às determinações individuais de racionalidade consciente. Como a história já provou: guilhotinam-se as pessoas, mas mantem-se intacta a consciência moderna.

Na tradição marxista, os sujeitos são compreendidos enquanto sujeitos revolucionários, aqueles que detém a consciência (a razão) e que revolucionará o mundo a partir dela. Sob esta ótica, “o sujeito é a ilusão da ação que desloca a consciência daquilo que deveria se eleger como objeto de sua reflexão, retirando a potência de negar os pressupostos da sociedade moderna, reafirmando, de modo positivista, aquilo que repõe o que se pretende ser contra.” (ALFREDO, 2010)

Neste sentido categorial, o sujeito é igualmente fruto da própria consciência moderna que propõe revolucionar. Assim, não se trata de superar o mundo através da positivação dos sujeitos, mas sim, de superar a própria relação entre sujeito-objeto.

Por outro lado, é inimaginável que uma força social capaz de emancipar a sociedade do jugo do trabalho venha das mãos da classe que se beneficia

desta exploração, ou que simplesmente essa classe irá abrir mão de seus privilégios sem empregar violência generalizada para mantê-los.

Se torna claro que a emancipação social não pode ter como conteúdo a revalorização do trabalho, enquanto natureza humana, mas unicamente a consciente desvalorização do trabalho, rompendo com as categorias que lhe são derivadas. Mas este rompimento não deve significar o abandono completo da ação social. Compreender que o capitalismo destruirá a si mesmo autofagicamente sem enxergar a nós mesmos como parte do capitalismo – e, portanto, como portadores da sua destruição – se torna na prática a defesa do egoísmo.

Não me parece que Kurz abandone completamente a ideia de ação social, uma vez que se preocupou em publicar, por meio do grupo Krisis, um manifesto contra o trabalho. Qual seria o sentido de um manifesto que não fosse orientado à alguma ação prática que busca a transformação da sociedade? O que parece colocar em oposição a obra de Kurz e Antunes são os métodos em que e como se constituiria esta ação, é dizer, se positiva ou negativamente.

A proposta de Kurz é de uma negação das categorias modernas dominantes, que não partiria de um princípio abstrato geral, de uma utopia, mas apenas a recusa a própria existência enquanto sujeito do trabalho. Sem afirmar um projeto utópico de sociedade, fugiria assim da afirmação das formas fetichistas já existentes. Esta postura nutrir-se-ia da repugnância contra todas as coerções impostas pelo trabalho, que apesar terem sido tornadas hegemônicas, não conseguiram destruir o mal-estar causado, apenas relegando-o a um “subsolo sócio psíquico”.

“Precisam ser esboçadas em linhas gerais quais são as diretrizes possíveis para um mundo além do trabalho. O programa contra o trabalho não se alimenta de um cânone de princípios positivos, mas a partir da força da negação. Se a imposição do trabalho foi acompanhada por uma longa expropriação do homem das condições de sua própria vida, então a negação da sociedade do trabalho só pode consistir em que os homens se reapropriem da sua relação social num nível histórico superior”. (KRISIS, 1999)

Admite-se uma razão prática, que vise tão somente a superação de uma determinada condição histórica. Assim, despreza-se todas as estruturas existentes, de “aparelhos alienados”, abrindo espaço para a construção de novas formas “em um nível histórico superior”. No entanto, não se torna claro na obra de Kurz o lugar de onde viriam estas novas formas de negação do trabalho, e como elas se constituiriam a partir dos princípios da “razão sensível”, invocada por Kurz.

“A substancia material das potencias alcançadas da socialização tem de ser radicalmente liberada da forma histórica que contaminou essa substancia e tornou-a extremamente destrutiva. O que é exigido é, portanto, uma razão sensível, que é exatamente o contrário da razão iluminista, abstrata, burguesa e vinculada a forma-mercadoria”. (KURZ, 1992)

Há em Marx um sentido de “missão civilizatória” da concorrência dentro do sistema produtor de mercadorias, que a positiva. A concorrência seria capaz de impulsionar o desenvolvimento tecnológico a tal ponto que seria possível emancipar a humanidade da natureza e do trabalho como labor. A princípio isso se daria sem consciência e de maneira fetichista, através da instituição do trabalho abstrato, mas teria a potencialidade de no devir ser uma administração consciente e racional da produção da materialidade que suprisse nossas necessidades sociais, libertando a todos do trabalho. Ao mesmo tempo que é uma possibilidade de libertação da humanidade, o desenvolvimento produtivo já demonstrou ser igualmente uma maldição.

Ninguém pode afirmar que conhece um caminho cardeal para sair da situação em que nos encontramos. Não há um programa político previsto que possa suprimir a forma mercadoria. Este deve ser o ponto de partida para uma reflexão crítica da sociedade. Sentar-se inerte em desespero e ver o mundo se despedaçar não deveria ser uma opção. Ainda que não haja nenhuma garantia de que o fim da sociedade do trabalho não seja ao mesmo tempo o fim da sociedade, ou, que o devir seja menos terrível do que o presente.

As formas de pensamento crítico devem enfrentar os fracassos do socialismo real, o que significa incorporar esta experiência numa nova crítica social, com potencialidade emancipatória. Aceitar que não sabemos o caminho cardeal

para superação de nossa condição histórica, não deveria permitir-nos paralisia – afinal, o caminho pode estar encoberto em qualquer, e, ao mesmo tempo, todo lugar.

BIBLIOGRAFIA

ALFREDO, ANSELMO. **Crise imanente, abstração espacial, fetiche do capital e sociabilidade crítica**. São Paulo, Terra livre, 2010

_____. Entrevista. São Paulo: Jornal do Campus, no 370, 2010.

ANTUNES, RICARDO. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ARCARY, VALÉRIO. **Por quê não poderá existir um capitalismo sem crises cada vez mais severas?: Cinco polêmicas sobre os prognósticos d'O Capital e o balanço da história**.

ARRUDA SAMPAIO JR., PLINIO DE (Org.) **Capitalismo em crise: A natureza e a dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Sundermann, 2009.

COGGIOLA, OSWALDO (org.). **Capitalismo, Globalização e Crise**. São Paulo: Revista Estudos, 1998.

DEBORD, GUY. **Internationale Situationniste**.

DORFMAN, A. ; PRYTOLUK, Miguel B. ; SEBASTIAO, R. M. . Estratégias de pesquisa sobre o contrabando. Revista GeoPantanal, v. 6, p. 33-46, 2011.

DORFMAN, A. . **A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil**. In: Dubens Martins Nascimento; Jadson Luiz Rebelo Porto. (Org.) 1ed.Belém: NAEA, 2013, v. 1, p. 96-124.

_____. **A cultura do contrabando e a fronteira como lugar de memória**. Estudios Históricos (Rivera), v. 1, p. 1-10, 2009.

GRESPLAN, JORGE. **Capital e crise: os desafios da teoria** *In: Margem Esquerda* nº 4. São Paulo: Boitempo, 2004

HARVEY, DAVID. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1989

KRISIS. **Manifesto contra o Trabalho.** *In* EXIT: Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria.

KURZ, ROBERT. **O colapso da Modernização. Da derrocada do Socialismo de caserna ao a crise da economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____ **A desvalorização do valor.** *In* EXIT: Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria.

_____ **Capitalismo sem mais-valia?** *In* EXIT: Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria.

_____ **O duplo Marx.** EXIT: *In* Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria. _____ **O que é terceirização?** *In* EXIT: Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria.

MARX, KARL. **O capital.** Crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

_____ **O capital.** Crítica da economia política. Volume IV, Livro Terceiro. O Processo Global da Produção Capitalista. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MENESES, MARILDA e SILVA, MARIA. **Migrantes temporários: fim dos narradores?**

MEIHY, JOSÉ CARLOS. **Manual de História Oral.**

OLIVEIRA, FRANCISCO. **Os sentidos do capital pós-Breton Woods** *In*: Margem Esquerda nº 4. São Paulo: Boitempo, 2004

QUEIROZ, MARIA ISAURA. **Relatos orais: do indizível ao dizível.**

SECCO, LINCON. **A formação do conceito de crise em Marx.** São Paulo: Universidade e Sociedade, 1997.
